

ATA DA NONAGÉSIMA QUINTA SESSÃO ORDINÁRIA DA TERCEIRA SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA DÉCIMA SÉTIMA LEGISLATURA, EM 07-10-2019.

Aos sete dias do mês de outubro do ano de dois mil e dezenove, reuniu-se, no Plenário Otávio Rocha do Palácio Aloísio Filho, a Câmara Municipal de Porto Alegre. Às quatorze horas e quinze minutos, foi realizada a segunda chamada, na qual registraram presença Adeli Sell, Aldacir Oliboni, Alvoni Medina, Cassio Trogildo, Cassiá Carpes, Cláudia Araújo, Eng^o Comassetto, Hamilton Sossmeier, Idenir Cecchim, José Freitas, João Bosco Vaz, João Carlos Nedel, Lourdes Sprenger, Mauro Pinheiro, Mendes Ribeiro, Márcio Bins Ely, Mônica Leal, Paulo Brum, Reginaldo Pujol e Ricardo Gomes. Constatada a existência de quórum, a Presidente declarou abertos os trabalhos. Ainda, durante a sessão, registraram presença Aírto Ferronato, Cláudio Janta, Cláudio Conceição, Delegado Cleiton, Dr. Goulart, Felipe Camozzato, Karen Santos, Luciano Marcantônio, Marcelo Sgarbossa, Mauro Zacher, Moisés Barboza, Paulinho Motorista, Prof. Alex Fraga, Professor Wambert, Roberto Robaina e Valter Nagelstein. A seguir, a Presidente concedeu a palavra, em TRIBUNA POPULAR, a Gilberto Kemer, Presidente da Associação dos Cegos do Rio Grande do Sul, que se pronunciou acerca da política de paradesporto em Porto Alegre. Em COMUNICAÇÃO DE LÍDER, pronunciou-se João Bosco Vaz. Em continuidade, nos termos do artigo 206 do Regimento, Adeli Sell, Paulo Brum, Aldacir Oliboni, Márcio Bins Ely, Prof. Alex Fraga, Cassiá Carpes, Alvoni Medina e Aírto Ferronato manifestaram-se acerca do assunto tratado em Tribuna Popular. Os trabalhos foram suspensos das quatorze horas e quarenta e oito minutos às quatorze horas e quarenta e nove minutos. Foi aprovado Requerimento verbal formulado por Cláudio Conceição, solicitando alteração na ordem dos trabalhos da presente sessão. Foram apregoados o Projeto de Lei Complementar do Legislativo n^o 018/19, de autoria de Ricardo Gomes, Mendes Ribeiro e Felipe Camozzato, e o Projeto de Resolução n^o 036/19, de autoria de Professor Wambert (Processos n^{os} 0203 e 0451/19, respectivamente). Foi apregoado o Ofício n^o 883/19, do Prefeito, encaminhando o Projeto de Lei do Executivo n^o 020/19 (Processo n^o 0507/19). Foi iniciado o período de COMUNICAÇÕES, destinado a homenagear o Colégio Adventista Partenon, nos termos do Requerimento n^o 068/19 (Processo n^o 0261/19), de autoria de Cláudio Conceição. Compuseram a Mesa: Mônica Leal, presidindo os trabalhos; Antônio Barreto, Diretor de Educação da Região Sul, do Estado do Rio Grande do Sul, do Colégio Adventista; Mariângela Mendes, Diretora do Colégio Adventista Partenon; Alfredo Joaquim Ferreira, Diretor do Colégio Adventista Camaquã; Valdinei Aparecido Schiles, Diretor do Colégio Adventista Sarandi. Em COMUNICAÇÕES, pronunciou-se Cláudio Conceição, proponente. Após, a Presidente concedeu a palavra a Antônio Barreto, que se pronunciou acerca da presente solenidade. Também, Isabel Zonotta e Luiza Helwig da Silva, alunas do Colégio Adventista Partenon, pronunciaram-se acerca da presente solenidade. Na oportunidade, foi realizada apresentação musical e solenidade de entrega de diplomas a “vereadores mirins” do Colégio Adventista Partenon. A seguir, o presidente concedeu a palavra para

considerações finais a Antônio Barreto. Os trabalhos foram suspensos das quinze horas e quarenta e quatro minutos às quinze horas e cinquenta e um minutos. Em COMUNICAÇÕES, pronunciaram-se Adeli Sell, Cassiá Carpes, Felipe Camozzato, este em tempo cedido por Cassio Trogildo, Delegado Cleiton, Prof. Alex Fraga, este em tempo cedido por Karen Santos, e Dr. Goulart, em tempo cedido por João Bosco Vaz. Foi aprovado Requerimento verbal formulado por Cláudio Janta, solicitando alteração na ordem dos trabalhos da presente sessão. Às dezesseis horas e trinta e dois minutos, constatada a existência de quórum deliberativo, foi iniciada a ORDEM DO DIA. Em Votação, foi apreciado o Projeto de Lei do Executivo nº 016/19 (Processo nº 0414/19). Foi votada destacadamente e rejeitada a Emenda nº 02 aposta ao Projeto de Lei do Executivo nº 016/19, por doze votos SIM e dezenove votos NÃO, em votação nominal solicitada por Mônica Leal, tendo votado Sim Adeli Sell, Airto Ferronato, Aldacir Oliboni, Delegado Cleiton, Engº Comassetto, João Bosco Vaz, Karen Santos, Marcelo Sgarbossa, Mauro Zacher, Paulinho Motorista, Prof. Alex Fraga e Roberto Robaina e Não Cassio Trogildo, Cláudia Araújo, Cláudio Conceição, Dr. Goulart, Felipe Camozzato, Hamilton Sossmeier, Idenir Cecchim, José Freitas, João Carlos Nedel, Lourdes Sprenger, Luciano Marcantônio, Mauro Pinheiro, Mendes Ribeiro, Moisés Barboza, Paulo Brum, Professor Wambert, Reginaldo Pujol, Ricardo Gomes e Valter Nagelstein. Foi votada destacadamente e aprovada a Emenda nº 03 aposta ao Projeto de Lei do Executivo nº 016/19, por vinte e sete votos SIM e quatro votos NÃO, após ser encaminhada à votação por Cassiá Carpes, Prof. Alex Fraga, Mauro Zacher, Engº Comassetto, Cassio Trogildo e Luciano Marcantônio, em votação nominal solicitada por Mônica Leal, tendo votado Sim Adeli Sell, Airto Ferronato, Aldacir Oliboni, Cassiá Carpes, Cláudia Araújo, Cláudio Conceição, Delegado Cleiton, Dr. Goulart, Engº Comassetto, Hamilton Sossmeier, Idenir Cecchim, José Freitas, João Bosco Vaz, João Carlos Nedel, Karen Santos, Lourdes Sprenger, Mauro Pinheiro, Mauro Zacher, Mendes Ribeiro, Moisés Barboza, Paulinho Motorista, Paulo Brum, Prof. Alex Fraga, Professor Wambert, Ricardo Gomes, Roberto Robaina e Valter Nagelstein e Não Cassio Trogildo, Felipe Camozzato, Luciano Marcantônio e Reginaldo Pujol. Foi votada destacadamente e rejeitada a Emenda nº 04 aposta ao Projeto de Lei do Executivo nº 016/19, por oito votos SIM, vinte e um votos NÃO e uma ABSTENÇÃO, em votação nominal solicitada por Mônica Leal, tendo votado Sim Adeli Sell, Aldacir Oliboni, Engº Comassetto, Karen Santos, Marcelo Sgarbossa, Paulinho Motorista, Prof. Alex Fraga e Roberto Robaina, votado Não Airto Ferronato, Cassio Trogildo, Cassiá Carpes, Cláudio Janta, Cláudia Araújo, Cláudio Conceição, Delegado Cleiton, Dr. Goulart, Felipe Camozzato, Hamilton Sossmeier, Idenir Cecchim, José Freitas, João Bosco Vaz, João Carlos Nedel, Lourdes Sprenger, Luciano Marcantônio, Mauro Pinheiro, Mendes Ribeiro, Paulo Brum, Professor Wambert e Reginaldo Pujol e optado pela Abstenção Ricardo Gomes. Foi votada destacadamente e aprovada a Emenda nº 05 aposta ao Projeto de Lei do Executivo nº 016/19, por dezenove votos SIM e onze votos NÃO, após ser encaminhada à votação por Mônica Leal, em votação nominal solicitada por Reginaldo Pujol, tendo votado Sim Adeli Sell, Airto Ferronato, Aldacir Oliboni, Cassiá Carpes, Cláudio Janta, Cláudia Araújo, Delegado Cleiton, Engº Comassetto, Idenir

Cecchim, João Bosco Vaz, João Carlos Nedel, Karen Santos, Marcelo Sgarbossa, Mendes Ribeiro, Mônica Leal, Paulinho Motorista, Prof. Alex Fraga, Ricardo Gomes e Roberto Robaina e Não Cassio Trogildo, Cláudio Conceição, Dr. Goulart, Felipe Camozzato, Hamilton Sossmeier, José Freitas, Luciano Marcantônio, Mauro Pinheiro, Moisés Barboza, Paulo Brum e Professor Wambert. Durante a votação da Emenda nº 05, Mônica Leal afastou-se da presidência dos trabalhos. Foi votada destacadamente e aprovada a Emenda nº 06 aposta ao Projeto de Lei do Executivo nº 016/19, por vinte e cinco votos SIM, três votos NÃO e uma ABSTENÇÃO, após ser encaminhada à votação por Prof. Alex Fraga e Cassio Trogildo, em votação nominal solicitada por Reginaldo Pujol, tendo votado Sim Aldacir Oliboni, Cassio Trogildo, Cassiá Carpes, Cláudio Janta, Cláudia Araújo, Cláudio Conceição, Delegado Cleiton, Dr. Goulart, Engº Comassetto, Felipe Camozzato, Hamilton Sossmeier, Idenir Cecchim, José Freitas, João Bosco Vaz, João Carlos Nedel, Lourdes Sprenger, Luciano Marcantônio, Marcelo Sgarbossa, Mauro Pinheiro, Moisés Barboza, Paulinho Motorista, Paulo Brum, Professor Wambert, Ricardo Gomes e Valter Nagelstein, votado Não Karen Santos, Prof. Alex Fraga e Roberto Robaina e optado pela Abstenção Adeli Sell. Foi votada destacadamente e aprovada a Emenda nº 09 aposta ao Projeto de Lei do Executivo nº 016/19, por dezessete votos SIM e oito votos NÃO, após ser encaminhada à votação por Reginaldo Pujol, Ricardo Gomes e Adeli Sell, em votação nominal solicitada por Mendes Ribeiro, tendo votado Sim Alvoni Medina, Cassiá Carpes, Cláudio Janta, Cláudia Araújo, Cláudio Conceição, Felipe Camozzato, Hamilton Sossmeier, Idenir Cecchim, José Freitas, João Bosco Vaz, João Carlos Nedel, Lourdes Sprenger, Márcio Bins Ely, Mônica Leal, Reginaldo Pujol, Ricardo Gomes e Valter Nagelstein e Não Adeli Sell, Engº Comassetto, Marcelo Sgarbossa, Mauro Pinheiro, Moisés Barboza, Prof. Alex Fraga, Professor Wambert e Roberto Robaina. Foi aprovado Requerimento verbal formulado por Idenir Cecchim, solicitando alteração na ordem de apreciação de emendas apostas ao Projeto de Lei do Executivo nº 016/19. Foram votadas conjuntamente e rejeitadas as Emendas nºs 10, 11 e 12 apostas ao Projeto de Lei do Executivo nº 016/19. Foi aprovado o Projeto de Lei do Executivo nº 016/19, juntamente com a Emenda nº 01 aposta, com parecer favorável da Comissão de Economia, Finanças, Orçamento e do MERCOSUL, por vinte e cinco votos SIM e cinco votos NÃO, após ser encaminhado à votação por Cassio Trogildo e Prof. Alex Fraga, em votação nominal solicitada por Mendes Ribeiro, tendo votado Sim Airto Ferronato, Alvoni Medina, Cassio Trogildo, Cassiá Carpes, Cláudio Janta, Cláudia Araújo, Cláudio Conceição, Dr. Goulart, Felipe Camozzato, Hamilton Sossmeier, Idenir Cecchim, José Freitas, João Bosco Vaz, João Carlos Nedel, Lourdes Sprenger, Luciano Marcantônio, Mauro Pinheiro, Moisés Barboza, Márcio Bins Ely, Mônica Leal, Paulo Brum, Professor Wambert, Reginaldo Pujol, Ricardo Gomes e Valter Nagelstein e Não Adeli Sell, este com Declaração de Voto, Karen Santos, Marcelo Sgarbossa, Prof. Alex Fraga e Roberto Robaina. Às dezoito horas e cinco minutos, constatada a inexistência de quórum deliberativo, em verificação solicitada por Valter Nagelstein, foi encerrada a Ordem do Dia. Em COMUNICAÇÃO DE LÍDER, pronunciaram-se Valter Nagelstein, Cláudio Janta e Prof. Alex Fraga. Em PAUTA, Discussão Preliminar, esteve em 1ª

sessão, o Projeto de Lei do Executivo nº 019/19. Durante a sessão, foi registrada a presença de Tenente Coronel Zucco, deputado estadual. Às dezoito horas e vinte e cinco minutos, o Presidente declarou encerrados os trabalhos, convocando os vereadores para a próxima sessão ordinária. Os trabalhos foram presididos por Mônica Leal, Mendes Ribeiro, Reginaldo Pujol e Márcio Bins Ely e secretariados por Alvoní Medina. Do que foi lavrada a presente Ata, que, após distribuída e aprovada, será assinada pelo 1º Secretário e pela Presidente.

PRESIDENTE MÔNICA LEAL (PP): Passamos à

TRIBUNA POPULAR

A Tribuna Popular de hoje terá a presença da Associação dos Cegos do Rio Grande do Sul – ACERGS, que tratará de assunto relativo Política Paradesporto em Porto Alegre. O Sr. Gilberto Kemer, presidente, está com a palavra, pelo tempo regimental de 10 minutos.

SR. GILBERTO KEMER: Boa tarde, Sra. Presidente, Ver.^a Mônica Leal; quero saudar também e agradecer o Ver. João Bosco Vaz, proponente desta homenagem; o Ver. Adeli Sell, que bem me recebeu aqui; Sras. Vereadoras e Srs. Vereadores; meus colegas da diretoria, o Glailton, o Airto e o Maicon; os funcionários da ACERGS; os colaboradores; as crianças do Colégio Adventista; senhoras e senhores da plateia. É uma satisfação, mais uma vez, estarmos aqui na Casa do Povo de Porto Alegre ocupando este espaço, mais uma vez, no mês de aniversário da ACERGS. Agora, dia 20, a instituição completa 52 anos de defesa de direitos, prestação de serviços na área de reabilitação, socialização, aprendizagem, qualificação profissional, empregabilidade, cultura, reabilitação de pessoas cegas e com baixa visão no esporte. Desses 52 anos, 34 anos completamos este ano de prática paradesportiva, de fomento ao paradesporto no Rio Grande do Sul. É um setor da instituição já reconhecido nacionalmente pelas suas conquistas e pelas suas realizações. Hoje nós temos, na instituição, seis modalidades, das quais quatro paralímpicas: atletismo, futebol de 5, judô, e golbol, que é o único esporte que não é adaptado, foi feito para cegos, criado em 1946, pós-guerra, por um médico alemão, exatamente para entretenimento, lazer e reabilitação dos soldados em razão das consequências da guerra. Ainda temos o xadrez e o futebol para pessoas que têm uma visão reduzida. Nesses 34 anos, com a prática dessas modalidades todas, a ACERGS, por exemplo, revelou para o Brasil o Ricardinho – o primeiro título nacional do Ricardinho foi pela ACERGS. Teve o Alex no seu quadro, teve a Giovana Pilla no judô, teve a Vera Bergamo no atletismo, quando competiu representando a ACERGS lá em Seul ainda. Então é uma história muito rica dentro do paradesporto, e hoje, sem quase nenhum apoio público, seja qual a esfera a que estamos referindo. Hoje muito realizamos o paradesporto na ACERGS pela dedicação do nosso vice-presidente Glailton, diretoria, professores nossos todos voluntários, e as empresas parceiras, instituições e universidades parceiras são as que

fazem e nos dão a condição de a gente conseguir fazer o paradesporto dentro da ACERGS. No ano passado, por exemplo, nós participamos de 59 eventos esportivos, contando Porto Alegre, Estado e Brasil, e neste ano o número de eventos é também bem grande.

O paradesporto para nós é muito importante, porque, além de entretenimento, de lazer e de saúde, seja qual for o viés do esporte, a competição, evidentemente, para o autorrendimento, ele ajuda muito, é um dos principais instrumentos para a reabilitação da pessoa cega, com baixa visão, como é o nosso caso, ou seja, da pessoa com deficiência como um todo. A gente vê que é notória a diferença entre uma pessoa com deficiência que teve a oportunidade de uma prática esportiva na sua autonomia, na sua independência, no seu ir e vir, no seu deslocamento e uma pessoa que não teve essa possibilidade, essa oportunidade. Isso é muito importante, então a gente entende que é uma ferramenta de reabilitação o paradesporto.

A gente vem também, além de falar um pouquinho do nosso trabalho do paradesporto na ACERGS, fazer uma provocação a esta Casa do Povo, aos Srs. Vereadores, chamar a atenção. A gente não está aqui para criar cizânia, nem para brigar com ninguém, mas chamar atenção dos gestores de Porto Alegre para que se crie uma política pública para o esporte, para o paradesporto, o que não há na nossa capital, não há no Rio Grande do Sul, não há no Brasil. Há, por exemplo, a Lei nº 10.989, que estabelece a criação do sistema paraolímpico escolar. Eu não sei até hoje o funcionamento disso, algo que se parece mais uma lei que só ficou no papel.

Estão aí as obras da orla e não temos informações, por exemplo, do trecho 3, se não me engano, das 27 quadras, se terá uma quadra com acessibilidade, uma quadra adaptada para o paradesporto. Não pensamos só na ACERGS, mas no paradesporto como um todo, seja para o basquete cadeira de rodas, para o rugby, para o vôlei sentado, para o judô, para o futebol, punhobol, esgrima em cadeira de rodas, bocha, seja qual for a modalidade de paradesporto para atender as pessoas com deficiência. Não temos informação de que haja um espaço, desses 27, com acessibilidade previsto para atender ao nosso público.

Então a gente vem clamar à Prefeitura de Porto Alegre, aos órgãos do Executivo, e com o apoio desta Casa, para que comecem a pensar – citei aqui apenas dois exemplos. Hoje não temos espaço para treinamento em Porto Alegre, a ACERGS tem que treinar em Canoas, município vizinho. A gente vem tentando com o futsal, futebol de cegos, por exemplo, o espaço para termos as bandas no Tesourinha – bandas são placas que ficam em torno da quadra para a prática do futebol de sino –, foi um material que conseguimos em 2016, num evento que fizemos com a CBDV, em 2017 isso foi jogado no vestiário, num depósito, e agora estamos conseguindo retomar essa situação para ver se utilizamos esse material que é de recurso público, seria para ficar no Tesourinha por ser um ginásio acessível para a prática esportiva em Porto Alegre.

Então a gente vem clamar com esses exemplos, teria tantos outros, que o Poder Executivo, esta Casa sempre nos apoiando, se atente para que haja verdadeiras políticas públicas pensadas para o fomento, para o desenvolvimento do paradesporto do esporte em Porto Alegre. Sem dúvida nenhuma, o paradesporto transforma, reabilita,

forma cidadãos, tira da drogadição, inclui, transforma vidas, e a gente precisa se utilizar do esporte como ferramenta para essas mudanças e transformações, dando possibilidade de as pessoas terem novos futuros, novos horizontes, novos nortes.

Então, a gente clama aqui, de novo, que o poder público de Porto Alegre que pense políticas públicas realmente efetivas, desde o trabalho lá na primeira infância, para estimular as pessoas, as crianças, no gosto pelo paradesporto, criando espaço acessíveis, capacitando professores, e tantas outras políticas públicas para o devido desenvolvimento do paradesporto. É assim que a gente entende que poderemos ter um esporte e um paradesporto com mais condições, totalmente acessível, reabilitatório para formar cidadãos em Porto Alegre. Muito obrigado. Uma excelente semana a todos.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE MÔNICA LEAL (PP): Obrigada. Convidamos o Sr. Gilberto Kemer a fazer parte da Mesa.

O Ver. João Bosco Vaz está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

VEREADOR JOÃO BOSCO VAZ (PDT): Presidente Mônica, Sras. Vereadoras, Srs. Vereadores, Sr. Gilberto, presidente da ACERGS, este é um assunto importante para que possamos fazer uma discussão ampla sobre o paradesporto. Eu tive a oportunidade de ser secretário de esportes durante longo tempo, depois fui secretário da SECOPA. Como secretário de esportes, eu e minha equipe elencamos as prioridades da secretaria- entre elas, estava o paradesporto. Lembro que disponibilizamos o Ginásio Tesourinha para os jogos para os cegos, Gilberto; lembro que licitamos e compramos cadeiras adaptadas para que pudessem a pessoa com deficiência pudesse jogar basquete, e fizemos uma Frente em Defesa e o Desenvolvimento do Paradesporto. Conversando com o Gilberto, que esteve me visitando com a sua diretoria, ficamos sabendo que hoje eles não têm mais o espaço que tinham no Ginásio Tesourinha. Lembro que o basquete em cadeiras de rodas, quando eu assumi, como secretário, era praticado no Parque Ararigbóia, num ginásio pequeno sem acessibilidade, e nós conseguimos trazer o basquete em cadeiras de rodas para o Ginásio Tesourinha, assim como os cegos e outros segmentos do paradesporto.

Vejam, senhores e senhoras, que agora está para sair a revitalização de mais um trecho da orla do Guaíba. Nós teremos nesse novo trecho da orla do Guaíba, Brasil, que é o gerente de acessibilidade da Secretaria de Desenvolvimento Social e Esportes, 267 quadras esportivas. Vou repetir: 267 quadras esportivas, nenhuma com acessibilidade! Nenhuma com acessibilidade para o basquete em cadeiras de rodas, para os jogos dos cegos, para a bocha em cadeira de rodas, para a esgrima em cadeiras de rodas, para o futsal em cadeiras de rodas – não tem! E não é um erro do Sr. Prefeito, é um erro de quem fez o conceito desse projeto, do arquiteto que desenhou o projeto.

Então, tem que ter acessibilidade e eu fiz um projeto de lei aqui, que já está tramitando nesta Casa, para que, pelo menos, uma das 267 quadras tenha acessibilidade – precisa ter acessibilidade! Hoje eles não usam mais o Ginásio Tesourinha. Eles estão

numa parceria com o Sesc, que se apresentou, e o Sesc, de uma maneira ou de outra, tem ajudado no desenvolvimento desse esporte.

O Grêmio Náutico União, por exemplo, adotou o paradesporto. A esgrima em cadeira de rodas, a natação. O Grêmio Náutico buscou os para-atletas que estavam fazendo um projeto social lá no Centro Estadual de Treinamento Esportivo – CETE, no Menino Deus. Então, nós precisamos, Paulo Brum, que é o representante do segmento aqui, priorizar essas iniciativas, e quero contar com o seu apoio para que possamos, pelo menos, transformar uma das 27 quadras de esportes do novo trecho da orla do Guaíba numa quadra com acessibilidade, que é o que os para-atletas precisam, pedem, buscam e nós estamos – vamos fazer a *mea culpa* – também falhando com essas possibilidades e com esses desejos deles. Gilberto, um grande abraço, conta com esta Casa aqui, com todos os vereadores; muito obrigado, Presidente Mônica, obrigado, pessoal da ACERGS que nos visita, obrigado, Srs. Vereadores e Sras. Vereadoras.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE MÔNICA LEAL (PP): O Ver. Adeli Sell está com a palavra nos termos do art. 206 do Regimento.

VEREADOR ADELI SELL (PT): Presidente Mônica, caríssimo presidente Gilberto Kemer, cumprimentar também o pessoal da ACERGS que está aqui, o Airto, o Glailton e todos que nos ouvem neste momento. Fiquei muito feliz, Jorge Brasil, pela sua presença no plenário, dirigente municipal da área que estamos discutindo. Até tinha solicitado o teu telefone à assessoria aqui, para conversar contigo e te passar o conteúdo. Já estás ouvindo e isso é muito importante, veja a situação que o Ver. Bosco colocou. Portanto, está também em tuas mãos, e é bom aqui falarmos diretamente, olho no olho, em nome aqui da bancada do Partido dos Trabalhadores – do Comassetto, do Oliboni, do Sgarbossa e de mim, Adeli –, para que dialoguemos sobre esta questão, pois a ACERGS é uma entidade histórica da cidade de Porto Alegre, aglutina os nossos cegos.

Nós estávamos conversando, há pouco, também sobre a questão que vou retomar sobre as sinaleiras. Eu fiz um levantamento sobre as sinaleiras que têm problemas, vou te passar o estudo que foi feito, vou fazer um novo e prometo te passar também essa situação. Ou seja, nós, juntos, trabalharmos, por uma questão que é fundamental, que é a dignidade da pessoa humana. Por isso que eu faço questão de usar este microfone, te saudar mais uma vez, presidente Gilberto, e dizer, Mônica, o quanto é importante a Tribuna Popular para ouvirmos, escutarmos e levarmos as demandas adiantes. Muito obrigado, sucesso na sua demanda.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE MÔNICA LEAL (PP): O Ver. Paulo Brum está com a palavra, nos termos do art. 206 do Regimento.

VEREADOR PAULO BRUM (PTB): Sra. Presidente, quero cumprimentar o Sr. Gilberto Kemer, que é presidente da ACERGS; abraço aos parceiros e amigos da nossa ACERGS. Eu vou utilizar este tempo em nome do meu partido, o PTB. O Jorge Brasil, que é o nosso representante, o nosso diretor de Acessibilidade e Inclusão Social das Pessoas com Deficiência, vai sair desta Casa com uma missão: trabalharmos junto ao Executivo para resolvermos esta questão que diz respeito ao espaço para o paradesporto em Porto Alegre. Essa da quadra adaptada, dessas 27, não é uma, Bosco, o Brasil sai com a missão de conseguir no mínimo duas quadras com total acessibilidade para atender as pessoas com deficiência aqui em Porto Alegre. Portanto, Gilberto, penso que a tua estada na Câmara já surtiu efeito, o Executivo sai daqui comprometido com essa tua luta. Um abraço a todos.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE MÔNICA LEAL (PP): O Ver. Aldacir Oliboni está com a palavra está com a palavra, nos termos do art. 206 do Regimento, pela oposição.

VEREADOR ALDACIR OLIBONI (PT): Em nome da bancada do PSOL, autorizado pelo Ver. Robaina, que é nosso líder de oposição, juntamente com a nossa bancada do PT, Gilberto, que tem estado muitas vezes aqui falando que o governo ou os governos não têm uma política de inclusão, e é real isso. Tanto é verdade que há três nos, no início do governo Marchezan, aprovamos aqui uma emenda da lei orçamentária em função do corte dos recursos que iam para a Associação dos Cegos do Rio grande do Sul, para ementar as políticas internas, que são mais de 500 pessoas em Porto Alegre. Naquela ocasião, a Associação fez a Caminhada da Bengala no centro da Cidade, onde nós estávamos juntos não só para apoiar as iniciativas de inclusão, mas os programas que a associação vinha desenvolvendo ou estaria desenvolvendo. Infelizmente o governo cortou recurso e nem sequer destinou o das emendas aprovadas nesta Casa, lamentavelmente.

Então, queremos dizer que as bancadas do PT, do PSOL estarão juntas contigo nessa caminhada. Creio que a iniciativa do Bosco de pautar essa questão do esporte também tem muito a ver com a inclusão do trabalho de vocês.

Quero dizer que, aqui como vereador, nós aprovamos o teste do olhinho, que hoje está incluído no parto. Assim que a mãe der à luz um filho, o teste do olhinho está incluído no parto do SUS. Portanto, todas as mães que tiverem seus filhos pelo SUS não podem sair do hospital sem ter o teste do olhinho. Nós temos a informação dos profissionais da área da saúde que, havendo qualquer problema no diagnóstico, em seis meses há possibilidade de cura. É importante ter a iniciativa de projetos de lei que dialogam com a redução das pessoas com deficiência, mas hoje também os governos têm que se preocupar com a questão da política de inclusão para as pessoas com deficiência. Então, seja bem-vindo. O nosso abraço, sucesso, meu irmão. Um abraço.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE MÔNICA LEAL (PP): O Ver. Márcio Bins Ely está com a palavra, nos termos do art. 206 do Regimento.

VEREADOR MÁRCIO BINS ELY (PDT): Sra. Presidente, Srs. Vereadores e Sras. Vereadoras, meus cumprimentos, especialmente ao Gilberto Kemer, presidente da ACERGS, e aos demais integrantes da associação. O Ver. João Bosco Vaz já falou em nome da nossa bancada, incluindo a política paradesporto na agenda positiva da Câmara de Vereadores, trazendo para o debate esta preocupação. Achamos muito oportuna e pertinente, reiterando aqui e reforçando que, tanto no governo Fogaça como no governo Fortunati, recentemente nós tínhamos uma secretaria específica para tratar desta pauta das pessoas portadoras de deficiência. O vereador que me antecedeu aqui foi secretário, o Paulo Brum, o Marcantônio também, e a gente quer se somar a esta bandeira que tu estás trazendo aqui, a esta pauta tão oportuna e tão importante que é o paradesporto para, através da Câmara, também iniciarmos um debate sobre políticas públicas que possa estar contemplando a questão do esporte para as pessoas portadoras de deficiência. E quero te agradecer também por teres nos auxiliado no sentido de implementarmos a legislação sobre as placas de braille nos táxis, para identificação do número do táxi, do carteiraão, enfim, da placa, para que se estendesse também aos aplicativos. Tivemos reunidos com a EPTC e com a ACERGS, na tua pessoa, a quem a gente quer agradecer aqui pelo esforço de estarmos aperfeiçoando a legislação também para que seja contemplado o número da placa dos aplicativos cobertos no abrigo desta lei. Pela atenção de todos, muito obrigado, e cumprimentos pelo trabalho. Forte abraço.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE MÔNICA LEAL (PP): O Ver. Prof. Alex Fraga está com a palavra, nos termos do art. 206 do Regimento.

VEREADOR PROF. ALEX FRAGA (PSOL): Boa tarde, boa tarde a todos que acompanham as nossas discussões. Eu gostaria, em nome da minha bancada, do PSOL, e também em nome da minha comissão – pois neste ano de 2019 eu estou presidindo a Comissão de Educação, Cultura, Esporte e Juventude –, de nos colocarmos à disposição para continuarmos esse debate num ambiente um pouco mais, digamos assim, focado nos debates do esporte da nossa cidade. Então, colocamos a nossa comissão à disposição se precisarem de outras pautas, agendamentos ou até de uma força para estarmos mais continuamente discutindo, lutando por mais direitos para a nossa população, estamos à disposição. Um grande abraço.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE MÔNICA LEAL (PP): O Ver. Cassiá Carpes está com a palavra, nos termos do art. 206 do Regimento.

VEREADOR CASSIÁ CARPES (PP): Quero saudá-la, Presidente Mônica; saudar o Sr. Gilberto Kemer, Presidente da Associação dos Cegos do Rio Grande do Sul – parabéns pelo trabalho que vocês fazem lá. O paradesporto, no Brasil, é um sucesso, conquistando medalhas no mundo inteiro devido à capacidade de vocês, e sempre temos que apoiá-lo. Quero, aqui, em nome do Partido Progressista, dos vereadores Mônica Leal, João Carlos Nedel, Ricardo Gomes e deste vereador, dizer que esse é o caminho de vocês, não podem recuar mais. O paradesporto é, sem dúvida, uma das maiores bandeiras que elevam o nome do nosso País. Portanto, queremos nos associar a todos os vereadores, a todas as bancadas no objetivo de ajudá-los. Contem conosco, contem com o Partido Progressista, para que nós possamos, cada vez mais, nos orgulhar do trabalho de vocês e do esporte que está vinculado ao dom do brasileiro, mas principalmente ao dom de vocês. Parabéns e obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE MÔNICA LEAL (PP): O Ver. Alvoni Medina está com a palavra, nos termos do art. 206 do Regimento.

VEREADOR ALVONI MEDINA (PRB): Boa tarde, quero parabenizar o nosso Ver. Bosco por essa proposição e também parabenizar o Sr. Gilberto Kemer, Presidente da associação e dizer, Gilberto, que a nossa Frente Parlamentar em Defesa da Pessoa com Deficiência daqui da Casa, como eu sou o presidente, está à disposição. Sabemos que realmente é uma desculpa ter que sair de Porto Alegre para ir lá treinar em Canoas, enquanto temos várias quadras na cidade de Porto Alegre que poderiam ter sido pensadas e poderiam ter sido trabalhadas políticas públicas para poder dar condições para que as pessoas com deficiência possam ter os seus direitos, possam sair de casa, possam praticar o seu esporte, o seu lazer. Quer dizer, nós, os republicanos, o Ver. José Freitas e eu, estamos nos colocando à disposição. Parabéns! Que Deus os abençoe. Bom trabalho a todos.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE MÔNICA LEAL (PP): O Ver. Airto Ferronato está com a palavra, nos termos do art. 206 do Regimento.

VEREADOR AIRTO FERRONATO (PSB): Minha amiga Mônica Leal, gostaria de trazer um abraço ao nosso Presidente da Associação de Cegos do Rio Grande do Sul, Gilberto Kemer, e saudar todos que estão conosco nesta tarde, senhoras e senhores. Em primeiro lugar, gostaria de te cumprimentar, Gilberto, pela tua presença aqui conosco na tarde de hoje, na Câmara, tratando desse assunto tão interessante e importante para Porto Alegre, que é a política do paradesporto na capital. Nós temos consciência, com tu tens, de que anda muito devagar, por isso, estamos aqui para trazer o mais integral apoio. Falo em meu nome, Ferronato, em nome do Ver. Paulinho

Motorista, também do nosso partido, e falo em nome do nosso partido, o PSB. Estaremos sempre juntos, e já antecipo que vamos apoiar, intensamente, o projeto do Ver. João Bosco Vaz que trata de termos ao menos uma quadra desportiva, na orla, que tenha acessibilidade.

Eu te confesso que não tinha acompanhado isso, a maioria dos vereadores não acompanhou, mas é oportuna e necessária a aprovação da proposta do Ver. Bosco. Estamos juntos, conta conosco, um abraço a todos e obrigado.

PRESIDENTE MÔNICA LEAL (PP): Quero registrar e dizer aos representantes da ACERGS, presentes aqui, hoje, que vocês são muito bem-vindos na Câmara Municipal de Porto Alegre. É muito bom ouvir suas reivindicações, a ACERGS que é uma associação ativa e representativa que tanto ampara e se preocupa com os cidadãos que atende. Sabemos que são cidadãos interessados e participativos que vivem a vida ultrapassando seus limites e que, também, vivem a cidade, mesmo com todos os obstáculos que encontram pelo caminho.

As atividades da ACERGS fazem toda a diferença para a inclusão de nossos deficientes visuais. A preocupação com a inclusão de forma geral e, principalmente, com o esporte, tão bem colocada tanto pelo Presidente quanto pelo Ver. João Bosco Vaz é muito importante e merece nosso apoio. Nessa linha, confesso que eu fiquei muito preocupada, Gilberto, com o fato de os senhores terem de se retirar de Porto Alegre para treinarem pela dificuldade de quadras com acessibilidade. Então, Ver. João Bosco Vaz, nosso total apoio. Não havendo mais colocações, suspendemos os trabalhos, para as despedidas.

(Suspendem-se os trabalhos às 14h48min.)

PRESIDENTE MÔNICA LEAL (PP) – às 14h49min: Estão reabertos os trabalhos.

VEREADOR CLÁUDIO CONCEIÇÃO (DEM) (Requerimento): Sr. Presidente, solicito a alteração da ordem dos trabalhos, para que possamos, imediatamente, entrar no período de Comunicações. Após retornamos à ordem normal.

PRESIDENTE MÔNICA LEAL (PP): Em votação o Requerimento de autoria do Ver. Cláudio Conceição. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO.**

Aprego PLCL nº 018/19, de autoria dos vereadores Ricardo Gomes, Mendes Ribeiro e Felipe Camozzato.

Aprego o PR nº 036/19, de autoria do Ver. Professor Wambert.

Aprego PLE nº 020/19, de autoria do Prefeito Nelson Marchezan Júnior.

Passamos às

COMUNICAÇÕES

Hoje, este período é destinado a homenagem ao Colégio Adventista Partenon, nos termos do Requerimento nº 068/19, de autoria do Ver. Cláudio Conceição.

Convidamos para compor a Mesa: O Sr. Antônio Barreto, Diretor de Educação da Região Sul, do Estado do Rio Grande Do Sul do Colégio Adventista; Sra. Mariângela Mendes, Diretora do Colégio Adventista Partenon; Sr. Alfredo Joaquim Ferreira, Diretor do Colégio Adventista Camaquã; Sr. Valdeinei Aparecido Schiles, Diretor do Colégio Adventista Sarandi.

O Ver. Cláudio Conceição, proponente desta homenagem, está com a palavra em Comunicações.

VEREADOR CLÁUDIO CONCEIÇÃO (DEM): (Saúda os componentes da Mesa e demais presentes.) Muito obrigado pela presença de vocês. A Escola Adventista, ou a Rede Educacional Adventista, que aqui no Brasil completa 123 anos, é uma escola que tem prestado relevantes serviços na área educacional no Brasil, no Estado, e sobretudo na nossa querida Porto Alegre. Este projeto chamado Vereador Mirim é um projeto alusivo ao dia do vereador. E eu tive a grata surpresa e ao mesmo tempo alegria de conhecer a diretora Mariângela, que já veio encaminhada – bem encaminhada – de amigos pastores de Pelotas que nos referendou e falou muito bem do trabalho. Ela me procurou a respeito deste projeto, e nós construímos este projeto que hoje está se consumando aqui em Porto Alegre e na Câmara de Vereadores.

A Escola, ou a Rede Adventista, comumente conhecida como educação adventista é uma rede que compõe escolas, colégios e faculdades mantidas pela Igreja Adventista do 7º Dia. Está presente em mais de 165 países, representados por 7.883 instituições de educação infantil, desde o ensino infantil ao superior. Aproximadamente 90 mil professores fazem parte desse corpo docente da educação adventista no mundo, e 1,8 milhão de alunos. Dentre esses países, o Brasil é o que tem aproximadamente 850 sedes educacionais, onde Curitiba foi a matriz educacional desse projeto, e aqui no Rio Grande do Sul a Escola Adventista é composta de aproximadamente 27 unidades no Estado, e Porto Alegre é contemplada com quatro instituições educacionais, sendo que o Colégio Adventista, localizado na Zona Sul, Camaquã, também no Lindóia, na Zona Norte, Marechal Rondon, e também no bairro Sarandi, tem um trabalho muito significativo, numa região muito importante, fazendo um trabalho diferenciado. E no Partenon, onde a nossa amiga Mariângela é diretora, presta um trabalho relevante para a comunidade. Ora, eu estive em cada uma dessas escolas explicando o projeto, falando do projeto para que a gente hoje pudesse ter aqui os alunos, que serão homenageados. E ali falamos da importância da cidadania, da política e, sobretudo, acreditando nesta geração que chega, destes meninos e meninas que aqui estão. Foram feitas redações falando da importância da política, fomentando, estimulando estas crianças a não ficarem ausentes num tempo tão importante, onde nós precisamos da participação das crianças, das famílias, falando de política e ocupando este espaço de decisão onde a

nossa sociedade é direcionada de quatro em quatro anos. A educação adventista, além de fazer e prestar o serviço relevante na área educacional, também, hoje, ela permite que esses alunos possam sair da teoria das quatro paredes e possam vir e estar presentes aqui neste plenário, onde as decisões da nossa cidade de Porto Alegre são tomadas, e hoje eles estão aqui podendo experimentar na prática, vivenciar esta experiência do Legislativo, do Parlamento Municipal. Então, para mim, é uma alegria, uma honra muito grande de poder fazer parte deste projeto educacional da escola adventista aqui em Porto Alegre nessas quatro instituições educacionais. Eu faço isso de bom grado. Por quê? Porque os meus dois filhos, a Vitória e o João Vitor, estudaram, foram formados desde o maternal, desde as escolas básicas, até chegarem à faculdade no Colégio Adventista Marechal Rondon no bairro Lindoia. Então, eu sei muito bem a importância da educação adventista, porque, com os meus filhos, na minha casa, isso aconteceu, e os dois obtiveram êxito. Fizeram vestibular, passaram na UFRGS, a minha filha se forma agora, no final do ano, em letras, e o meu filho faz engenharia da computação na UFRGS também – tudo fruto da educação adventista. Então, a gente está junto...

(Som cortado automaticamente por limitação de tempo.)

(Presidente concede tempo para o término do pronunciamento.)

VEREADOR CLÁUDIO CONCEIÇÃO (DEM): ...Como eu falava, nós estamos juntos, comprometidos com este projeto, a estimular, a dar vez e voz para que a educação adventista continue a prestar um trabalho relevante para a comunidade, a sociedade de Porto Alegre e a sociedade gaúcha.

Vereador Aldacir Oliboni (PT): V. Exa. permite um aparte? (Assentimento do orador.) Nobre colega, Ver. Conceição, queria lhe parabenizar pela iniciativa. Sei o quanto é importante nós incentivarmos a ideia de ter, em todas as câmaras municipais, o Programa do Vereador Mirim, porque nós percebemos que é a escola da democracia, na medida em que no amanhã nós não estaremos mais aqui, e muitos deles podem ser motivados a assumir um espaço tão importante como é este, onde o vereador, eleito pelo povo, tem a sua liberdade, a sua autonomia, a sua criatividade ao apresentar projetos de lei que ficam para a história do Parlamento. É salutar que também o Colégio Adventista seja agraciado, não só com este espaço, mas, principalmente, com a iniciativa do vereador, através da qual os alunos têm acesso ao Parlamento, podem conhecer o regimento de uma Câmara, para que não fiquem como tantos, que criticam os parlamentares ou os políticos, mas nem sabem a sua atribuição. É nesse sentido que temos que incentivar o jovem, o adolescente para que, no amanhã, ao galgar um cargo tão importante como esse, eleito pelo povo, a sua autonomia não seja em vão nos quatro anos em que aqui ficar. É importante que esse espaço seja agraciado, mas também tomado pela população através de uma eleição democrática e

que, no futuro, cada vez mais, eles possam falar melhor da política, e não como é hoje. Parabéns pela iniciativa. Um grande abraço.

VEREADOR CLÁUDIO CONCEIÇÃO (DEM): Obrigado, Ver. Oliboni pela sua participação. Também quero dar a oportunidade ao Ver. Aírto Ferronato, pois minha filha foi colega da filha do vereador no Colégio Marechal Rondon.

Vereadora Aírto Ferronato (PSB): V. Exa. permite um aparte? (Assentimento do orador.) Eu ia começar, exatamente, o meu pronunciamento mencionando que a minha terceira filha foi colega da filha do Ver. Conceição lá no Colégio Marechal Rondon, e hoje a minha filha mais nova, que tem 14 anos, também está nesse Colégio. Quero trazer um abraço à nossa Presidente Mônica Leal; ao Sr. Antônio Barreto, da Direção da Educação Sul do Adventista; a Sra. Mariangela Mendes, diretora do Colégio Adventista Partenon; ao Sr. Alfredo Joaquim Ferreira, diretor do Colégio Camaquã; e ao Sr. Valdinei Aparecido Schiles, do nosso Colégio Adventista Sarandi, trazendo um abraço a vocês, reconheço, de público, a importância e a qualidade do ensino, da educação dos colégios adventistas aqui de Porto Alegre, e, por que não, do Brasil inteiro. Parabéns a vocês, e parabenizar o Conceição pela iniciativa. Lá em 1992 – eu estou vereador desde 1989, há 30 anos –, apresentei um projeto aqui na Câmara, que é lei, que o Brasil inteiro copiou, de que, na verdade, a nossa juventude venha para a Câmara, apresente as suas ideias, discuta entre si, porque isso é muito bom para a nossa juventude e para nós, nem tão jovens, mas muito para a cidade de Porto Alegre. Um abraço, parabéns a vocês, parabéns, Conceição. Falo aqui em meu nome e em nome do Ver. Paulinho Motorista.

VEREADOR CLÁUDIO CONCEIÇÃO (DEM): Muito obrigado, Ver. Ferronato.

Vereadora Karen Santos (PSOL): V. Exa. permite um aparte? (Assentimento do orador.) O saúdo, também, Conceição, pela bela homenagem. Eu estudei por mais de dez anos da minha vida no Colégio Adventista, ali no bairro Camaquã, o meu vô foi um dos que ajudou a construir a capela. Eu e as minhas irmãs sempre tínhamos bolsa, o que também era uma oportunidade de as classes populares acessarem uma educação um pouco mais qualificada do que as escolas estaduais da nossa região. Hoje, a minha mãe e meus avós são adventistas. Estou aqui, vereadora do PSOL, e muito desses princípios de coletividade, humanidade, solidariedade, caridade, são coisas que a gente vê nesse sacrifício, que é completamente diferente das outras matrizes judaico-cristãs. Essa questão do sacrifício, de se doar e de pensar em prol da comunidade, algo que me admira muito dentro dessa instituição e que, de certa forma, me ajudou também a entender o papel da política enquanto instrumento de transformação social. Então, só agradecer pela formação que eu tive, à minha família, à instituição, pela formação que me proporcionou, e também saudar essa bela homenagem. Merecem. Estamos juntos.

VEREADOR CLÁUDIO CONCEIÇÃO (DEM): Obrigado, Ver.^a Karen.

Vereador Cassiá Carpes (PP): V. Exa. permite um aparte? (Assentimento do orador.) (Saúda os componentes da Mesa e demais presentes.) Quero me somar às demais bancadas por esse belíssimo trabalho que faz o colégio, que é uma rede extensa em todo Estado e que faz um trabalho de educação fundamental. Quero saudar essas crianças maravilhosas que estão aqui no plenário e nas galerias, os pais e as mães por essa belíssima acolhida, porque, sem dúvida, sem eles a escola não existe. Ela pode tentar tudo, mas os pais têm que estar apoiando; tenho certeza de que vocês, diretores, tendo os familiares, fazem um trabalho mais tranquilo, mais coeso, mais harmonizado e buscando alternativas em conjunto para melhorar cada vez mais a nossa educação.

Às vezes as pessoas entram para o lado político, dizendo que nós gastamos muito em educação, e às vezes se critica que os governos gastam muito e gastam mal, e é verdade, mas nós temos que analisar por que se gasta muito e a educação não está boa e na iniciativa privada é melhor do que na iniciativa pública. Temos que avaliar o que se relaciona ao custo-benefício. Não tem dinheiro que possa, sem dúvida, faltar para a educação, mas quanto mais nós aprimorarmos para uma educação melhor gastando consideravelmente bem... Eu fiz aqui certo dia, senhores diretores, uma comparação. A cidade de Santa Maria tem um orçamento de R\$ 750 milhões; o município tem uma população de mais de 200 mil pessoas, e a universidade de Santa Maria, que tem 40 mil, gasta R\$ 1,3 milhão, ou seja, muito mais do que a cidade, que tem os seus deveres: educação, saúde, segurança, transporte, arrumação da cidade. Então nós temos que reavaliar. Tem que investir em educação, mas com sabedoria, com inteligência e fazer render, que é valorizar as famílias, os professores, a própria educação e, automaticamente, dar educação que é o que realmente nós queremos no Brasil. Vocês dão esse grande exemplo para a população e para os governantes, de que fazendo uma boa educação se tem crianças saudáveis, crianças pensando no futuro, crianças buscando um novo patamar para o nosso Brasil. Parabéns a todo o trabalho de vocês.

VEREADOR CLÁUDIO CONCEIÇÃO (DEM): Obrigado, Ver. Cassiá Carpes, pela intervenção e estímulo a esse projeto.

Vereador Eng^o Comassetto (PT): V. Exa. permite um aparte? (Assentimento do orador.) (Saúda os componentes da Mesa e demais presentes.) Sejam bem-vindos os estudantes aqui presentes. Quero dizer que falava com a bancada mirim do Colégio Adventista e perguntava uma opinião para eles: tem um projeto do prefeito aqui na Casa para acabar com o meio passe estudantil, vocês são a favor ou contra? Foi unanimidade serem contra. Então quer dizer que já estão exercitando o pensar, o olhar sobre os temas que refletem sobre a vida de cada um de nós. A escola adventista é um dos exemplos das boas escolas que ajudam o estado a fazer aquilo que deveria ser obrigação do estado, a educação básica, a educação fundamental em todas as dimensões. Hoje se discute muito que a educação é cara, a educação não é cara, e educação não é gasto, educação é investimento; se nós construirmos escolas, não

precisamos construir presídios. Um grande abraço e continuem com o trabalho. Muito obrigado.

VEREADOR CLÁUDIO CONCEIÇÃO (DEM): Obrigado, Ver. Engº Comassetto, pela sua participação.

Vereadora Cláudia Araújo (PSD): V. Exa. permite um aparte? (Assentimento do orador.) Em nome da bancada do PSD, saúdo todos os diretores dos colégios adventistas de Porto Alegre; parabênizo o Ver. Cláudio Conceição pela homenagem. Nunca tive filhos no adventista, mas sempre ouvi muito falar do trabalho das escolas adventistas quanto à disciplina, ao respeito e à educação, que é primordial. Parabênizo vocês. Quero informar que tenho como parceiros a Escola Adventista de Viamão, através da Nádia, uma pessoa fantástica, que tem um trabalho, junto comigo, de arrecadação de tampas e lacres em função de amor ao próximo, de solidariedade, de caridade que isso é extremamente importante como base para as nossas crianças para que sejam adultos formados e maravilhosos no futuro. Parabéns!

VEREADOR CLÁUDIO CONCEIÇÃO (DEM): Obrigado, Ver.^a Cláudia Araújo. Obrigado, Ver.^a Mônica Leal, por esta oportunidade e cada um dos vereadores que irão diplomar os nossos vereadores mirins nesta tarde. Obrigado, que Deus os abençoe.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE MÔNICA LEAL (PP): Quero registrar a presença do deputado Zucco. Seja muito bem-vindo.

O Sr. Antônio Barreto, Diretor de Educação da Região Sul do Estado do Rio Grande do Sul do Colégio Adventista, está com a palavra.

SR. ANTÔNIO BARRETO: Em nome da educação adventista do Estado do Rio Grande do Sul, aqui representada, nesta tarde, por quatro unidades – Colégio Adventista de Porto Alegre, Colégio Adventista Marechal Rondon, Escola Adventista do Sarandi e Colégio Adventista do Partenon, representando aproximadamente 18 mil alunos do nosso Estado –, quero dizer que é uma alegria, Ver. Mônica Leal, Presidente desta Casa do Povo, Ver. Cláudio Conceição, padrinho desta cerimônia. Quero, em nome dos dois vereadores, cumprimentar os demais vereadores aqui presentes e dizer muito obrigado pelas palavras de vocês. A vereadora que aqui falou que não teve oportunidade de seus filhos, quem sabe, terem estudado. Não sei, a senhora me parece jovem ainda, mas talvez, quiçá tenha netos! Ainda dá tempo de a senhora fazer parte da educação adventista, através de seus netos – estamos à disposição! A educação adventista está presente, como aqui já foi mencionado, em aproximadamente 165 países, com quase 2 milhões de alunos matriculados em nossa rede; desses alunos, apenas 20% frequentam ou são adventistas do 7º dia, os demais são alunos das mais

diferentes denominações religiosas. E nós temos como base uma educação integral, que é o desenvolvimento harmônico das faculdades físicas, intelectuais e espirituais. Quero dizer para o Ver. Cláudio e demais vereadores que mencionaram aqui o sucesso dos seus filhos na educação adventista, que dificilmente alguma coisa nesta vida é unilateral. E a educação também não pode ser unilateral. Se o sucesso foi alcançado pela família de vocês, pelos filhos de vocês, é porque vocês, como pais, como família, também cumpriram com a responsabilidade, com a parte que lhes cabe, e muito obrigado pelo apoio de vocês.

Quero aproveitar a oportunidade para destacar e agradecer os colaboradores desta Casa.

Tem muita gente trabalhando aqui para que isso funcione de uma forma quase perfeita. Desde o momento em que chegamos aqui, fomos muito bem atendidos pelos colaboradores, acredito que sejam os assessores dos vereadores e as pessoas que servem a esta Casa.

Encerro as minhas considerações agradecendo e parabenizando os alunos e pais de nossa instituição. A razão da Escola Adventista existir são vocês, e eu acredito que esta Casa hoje está com um brilho especial, não é mesmo? Está com um brilho especial porque nós temos as crianças, o presente do nosso País, do nosso Estado, que representam o futuro. Eu menciono também um departamento muito importante da nossa educação que é o departamento pedagógico, que é o coração da nossa instituição, aqui representado pela professora Estela, a nossa querida pernambucana, que está há pouco tempo no nosso Estado e já tem a tradição gaúcha, acompanhada pelo nosso diretor financeiro, Tiago Silveira, e outras pessoas que fazem a educação acontecer.

Querido alunos, queridos pais, mais uma vez, Presidente desta Casa, Ver.^a Mônica Leal, Ver. Cláudio Conceição, muito obrigado por nos receber e nos dar a oportunidade de apresentar esta Casa hoje para os nossos alunos, para essas crianças que estão aqui tendo a sua consciência política, para saber fazer as suas escolhas no futuro, escolha dos vereadores, dos deputados, dos governadores, escolha dos presidentes, ou seja, escolha daqueles que vão dirigir a nossa Nação nas diferentes áreas e esferas políticas. Meu muito obrigado, que Deus abençoe a todos.

(Não revisado pelo orador.)

(Procede-se à apresentação musical.)

PRESIDENTE MÔNICA LEAL (PP): Vereadora mirim Ananda dos Santos Martins Medeiros (O Ver. Cláudio Conceição procede à entrega do Diploma.); vereador mirim Davi Reginatto (O Ver. Felipe Camozzato procede à entrega do Diploma.); vereador mirim Cauã Macedo (O Ver. Airto Ferronato procede à entrega do Diploma.); vereadora mirim Emily Cristina Custódio Oliveira (O Ver. José Freitas procede à entrega do Diploma.); vereadora mirim Emily Mota Pereira (O Ver. Adeli Sell procede à entrega do Diploma.); vereador mirim Gregory Alvarenga Bastarriga (O Ver. Aldacir Oliboni procede à entrega do diploma.); vereador mirim Guilherme

Fontoura (O Ver. Marcelo Sgarbossa procede à entrega do diploma.); Guilherme Teixeira Abruzzi (A Ver.^a Karen Santos procede à entrega do diploma.); Gustavo dos Santos (O Ver. João Bosco Vaz procede à entrega do diploma.); Isabel Zonotta (o Ver. Valter Nagelstein procede à entrega do diploma.); Isadora Dias (o Ver. Eng^o Comassetto procede à entrega do diploma.); João Pedro Antunes (O Ver. Mendes Ribeiro procede à entrega do Diploma.); vereador João Vítor Machado Alves (O Ver. Delegado Cleiton procede à entrega do Diploma.); vereadora Laura de Freitas Custódio Angelo (A Ver.^a Cláudia Araújo procede à entrega do Diploma.); vereadora Leandra Grudzinski Fagundes (O Ver. Cláudio Janta procede à entrega do Diploma.); vereadora Luísa Ferreira (O Ver. Cassiá Carpes procede à entrega do Diploma.); vereadora Luana Carvalho de Oliveira (O Ver. Dr. Goulart procede à entrega do Diploma.); vereadora Luíza Helwig da Silva (O Ver. Paulo Brum procede à entrega do Diploma.); vereadora Manuella de Castro e Silva (O Ver. Luciano Marcantônio procede à entrega do Diploma.); vereadora Mariana Schimdt Weber (O Ver. Hamilton Sossmeier procede à entrega do Diploma.); vereador Matheus Ferreira Formentin (O Ver. Alvoni Medina procede à entrega do Diploma.); vereadora Michelli Soares Farias (O Ver. Prof. Alex Fraga procede à entrega do Diploma.); vereador Nicolas Lasta (O Ver. Cláudio Conceição procede à entrega do Diploma.); vereador Pedro Lucas Mendes Alves (O Ver. Mendes Ribeiro procede à entrega do Diploma.).

(O Ver. Mendes Ribeiro assume a presidência dos trabalhos.)

PRESIDENTE MENDES RIBEIRO (MDB): Vereadora Verônica dos Santos (A Ver.^a Mônica Leal procede à entrega do Diploma.); vereadora Nicole Santos (O Ver. Felipe Camozzato procede à entrega do Diploma.); o vereador Ricardo Ferreira Clausen. (A Ver.^a Mônica Leal procede à entrega do Diploma.).

A Srta. Isabel Zonotta, vereadora mirim, está com a palavra.

VEREADORA MIRIM ISABEL ZONOTTA: Boa tarde. Eu me sinto honrada em estar aqui num lugar de tanta importância, onde são discutidos assuntos de extrema prioridade para a nossa comunidade. Por isso gostaria de trazer para a apreciação de V. Sas. a criação de uma casa de acolhimento para acompanhantes de pacientes internados no Hospital Vila Nova, que moram há mais de 50 quilômetros deste local. Temos visto, por causa das dificuldades de vagas em hospitais, devido à superlotação, que muitos pacientes têm buscado atendimento longe de suas residências, além de, em alguns casos, serem encaminhados para especialistas distantes. O Hospital Vila Nova é um dos mais procurados na Zona Sul de Porto Alegre. Nesta região, são praticamente inexistentes hotéis ou pousadas, além de poucos transportes públicos que permitam o deslocamento até o local. Pode ser exigido para alguns dos pacientes, crianças e idosos, um acompanhante. Vimos a necessidade de fornecer um local para que essas pessoas possam permanecer próximas e auxiliar. Gostaria de contar com o apoio de todos, pois muitas famílias têm sofrido, não somente com a doença que enfrentam, mas por estarem desprovidas, longe de seus lares.

Portanto, coloco diante de V. Sas. essa proposta para a criação da casa de acolhimento, e desejo que essas necessidades sejam supridas o mais rápido possível. Sei que isso pode ser uma gota d'água num oceano de demandas, porém aprendi que devemos cuidar do nosso próximo, cuidar daquilo que nos rodeia, do que está ao nosso alcance, pois, se todos assim fizerem, certamente teremos resolvido grande parte dos problemas da nossa comunidade. Não quero repassar o que é minha responsabilidade aos outros, já sou madura o suficiente para saber que tenho obrigações também; aquilo que semeio, sei que um dia irei colher.

Agradeço a todos pela atenção. Deus os abençoe.

(Não revisado pela oradora.)

PRESIDENTE MENDES RIBEIRO (MDB): A Srta. Luiza da Silva, Vereadora Mirim, está com a palavra.

VEREADORA MIRIM LUIZA HELWIG DA SILVA: Boa tarde, Sr. Presidente, vereadores, demais autoridades presentes, é uma honra estar aqui, agradeço pela oportunidade. Meu nome é Luiza da Silva, do 8º ano do Colégio Adventista do Partenon, e hoje venho apresentar a V. Sas. o meu projeto. O mesmo tem como objetivo a pavimentação das ruas obstruídas no local, que dificultam o fluxo de veículos e a notificação dos cidadãos que possuem calçadas acidentadas, por meio do poder público municipal, pois as mesmas não oferecem acessibilidade aos moradores mais velhos e deficientes. Visando assim, com a resolução destes dois pontos, uma melhora da acessibilidade, mobilidade e qualidade de vida no bairro do Partenon. Muito obrigada pela atenção, e que Deus os abençoe.

(Não revisado pela oradora.)

PRESIDENTE MENDES RIBEIRO (MDB): O Sr. Antônio Barreto está com a palavra para as suas considerações finais.

SR. ANTÔNIO BARRETO: Sr. Presidente, Sras. Vereadoras e Srs. Vereadores, mais uma vez, em nome da educação adventista do Estado do Rio Grande do Sul, eu quero agradecer a oportunidade que nos deram de estar aqui, nesta Casa, nesta tarde, participando desta cerimônia do vereador mirim. Quero dizer que a educação adventista está de braços abertos também para que, se for necessário, contem conosco para alguma atividade dentro do contexto de educação, porque a educação, com certeza, contribui com todo cidadão, indiferentemente de ser gaúcho ou não, vereador ou não, todos nós passamos pelos bancos escolares. E, em nome da educação adventista e dos servidores que aqui estão, a gente menciona, muitas vezes, o aluno, o pai, mas acaba esquecendo de mencionar aqueles que fazem a educação acontecer. E eu quero pedir uma salva de palmas, se for possível, para os professores e aqueles que têm enfrentado o dia a dia escolar, porque, hoje, infelizmente, não é uma das profissões mais

aplaudidas. Então, hoje, nós gostaríamos de fazer isto em nome da educação adventista e, eu acho, da Câmara de Vereadores de Porto Alegre, uma salva de palmas para todos os professores presentes. (Palmas.)

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE MENDES RIBEIRO (MDB): Nós que agradecemos a presença dos senhores. Quero cumprimentar o Ver. Cláudio Conceição por esta iniciativa. Educação é extremamente importante para o nosso futuro. Então, cumprimentar pelo trabalho, por desenvolver a educação dos nossos jovens, que possam ter um futuro melhor. Desde já, eu agradeço, mais uma vez, a presença dos senhores. Vamos convidar a todos para que a gente possa tirar uma foto coletiva aqui na frente. Estão suspensos os trabalhos para as despedidas.

(Procede-se ao registro fotográfico.)

(Suspendem-se os trabalhos às 15h44min.)

PRESIDENTE MENDES RIBEIRO (MDB) – às 15h51min: Estão reabertos os trabalhos.

O Ver. Adeli Sell está com a palavra em Comunicações.

VEREADOR ADELI SELL (PT): Presidente, Pablo Mendes Ribeiro, nossos visitantes das escolas adventistas, foi muito bacana a presença de vocês aqui, espero que venham mais vezes prestigiar a Câmara Municipal. Eu vou falar de educação, porque a educação é fundamental, a começar pelas bibliotecas. Nesses dias de chuva, houve a inundação da biblioteca pública Josué Guimaraes no Centro Municipal de Cultura. Vou repetir: a biblioteca pública Josué Guimarães, do Município de Porto Alegre, está inundada! Não bastasse que não tivesse um computador! Numa discussão na Frente Parlamentar de Incentivo à Leitura, nós conseguimos um computador doado para a biblioteca. É um abandono total hoje no Centro Municipal de Cultura! O bar que funcionava, não funciona, não tem mais, era um ponto de encontro de várias pessoas, de várias atividades culturais.

Hoje recebo um pedido de livros da Escola Municipal Prof. Anísio Teixeira, na zona sul. Sexta-feira vou fazer uma doação de livros na Escola Dr. Glicério Alves. Por quê? As bibliotecas estão sendo fechadas! Não há bibliotecários! Não há concurso para bibliotecários, não tem professor, em desvio de função, cuidando de biblioteca como havia no passado recente. É um escândalo a situação da educação e da cultura na cidade de Porto Alegre! Fecham-se bibliotecas! Bibliotecas inundadas como a do Centro Municipal de Cultura, Presidente Mônica. Nós vamos continuar a lutar como fez Anísio Teixeira – o grande Anísio Teixeira –, que dá nome a uma escola pública de Porto Alegre, que fez, que construiu o ensino público gratuito no Brasil, continuado por Darcy Ribeiro, por Paulo Freire, e por outros tantos.

Hoje nós temos a professora Esther Grossi indo ao morro da Cruz, no Partenon, aposentada, mais de 80 anos de idade, para incentivar o letramento de crianças. Na Faculdade de Educação, só para citar, a professora Jaqueline Moll dando palestras pelo mundo afora. E nós, com todos esses educadores, com todo esse acúmulo de experiência, com toda essa capacitação, estamos vendo o abandono das escolas.

E agora o prefeito municipal traz à Câmara Municipal uma proposição sobre as eleições dos diretores de escola. Já quero alertar ao Ver. Prof. Alex Fraga que a discussão dos professores que podem concorrer à direção da escola, tem que ser debatida na sua comissão, e eu espero poder ir na reunião da sua comissão debater a eleição dos diretores na escola. Nenhum passo atrás, somente vislumbro e lutarei por passos à frente: bibliotecas públicas abertas; “Livros à mão-cheia”, como dizia o poeta Castro Alves. Por isso nós peleamos, por isso nós lutamos pela educação pública de qualidade.

Nesse sentido, quero lhes dizer, como foi colocado pela Associação dos Cegos do Rio Grande do Sul aqui, para a acessibilidade em ruas, para a acessibilidade em prédios, mas nós também temos que rever a acessibilidade nas escolas públicas na cidade de Porto Alegre, porque muitos cadeirantes e cegos não têm espaço, nem nas escolas públicas da nossa cidade. Viva a educação! Nenhum passo atrás, muito obrigado!

(Não revisado pelo orador.)

(A Ver.^a Mônica Leal reassume a presidência dos trabalhos.)

PRESIDENTE MÔNICA LEAL (PP): O Ver. Cassiá Carpes está com a palavra em Comunicações.

VEREADOR CASSIÁ CARPES (PP): Quero saudar a Presidente Mônica, vereadoras, vereadores. Na terça-feira passada fizemos uma reunião na nossa Comissão de Educação, Cultura, Esporte e Juventude, quando o presidente, Ver. Prof. Alex Fraga, e eu, como vice-presidente, junto com alguns professores de escolas que estavam preocupados com a tendência, como diz a lei, de ser instituído, na primeira quinzena de outubro, um conselho para, posteriormente, exercer a legitimidade das eleições para diretores nas escolas municipais. No final de semana o Executivo informou que vai mandar para esta Casa um projeto para mudar a eleição para diretores. Quero aqui já me posicionar e dizer as razões pelas quais sou a favor do projeto. O objetivo das principais mudanças é pelos diferentes votos de duração dos mandatos, reconduções, ampliação do tempo de serviço público para poder se candidatar à avaliação periódica do diretor, com base no desempenho dos alunos em avaliações oficiais, como o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica – IDEB. Quais as modificações, indo direto ao ponto? Como é hoje a escolha dos diretores das escolas? Cinquenta por cento por pais e alunos, maiores de 10 anos, e 50% por professores e funcionários. Havia, portanto, duas divisões: os professores e os funcionários, e do outro lado, com 50% também, os pais e

os alunos maiores de 10 anos. A Prefeitura manda, agora, da seguinte forma: 50% dos pais, 30% professores e funcionários, 20% alunos com mais de 10 anos. Aqui entra um detalhe que justifica por que eu sou a favor. Comparando as escolas que eu conheço, em qualquer bairro da cidade, a escola pública do meu bairro é a melhor, pois é uma escola onde os pais mais participam. Os pais não são mais que os professores e nem os professores são mais do que eles, há um consenso naquela escola de que sem os pais a situação fica mais difícil ainda. Eu acho que dando a oportunidade aos pais... Claro que não é a lei que vai exigir que os pais participem, mas os pais sabendo que eles têm muito mais prerrogativas de participar, eles vão se envolver junto com o diretor e ajudá-lo a fazer uma boa gestão. Vão ajudar, envolvendo-se perante a comunidade daquela escola. Portanto, eu vejo o projeto com bons olhos, não quer dizer que nós não possamos aqui, no plenário, colocar alguma emenda que modifique aqui ou acolá, Ver. Cleiton, mas a participação dos pais é importante, Ver. Ricardo, muito importante, Ver. Hamilton. Se nós afastarmos os pais das escolas, cada vez mais as escolas e os pais vão achar que os professores que tem que ser pai ou mãe na escola – não! O envolvimento dos pais trará uma nova dinâmica para dentro da escola. Vai ajudar os professores, vai ajudar os filhos, vai ajudar aquela comunidade escolar a progredir, a melhorar, a interagir. Eu não tenho dúvida, não podemos somente olhar a parte ideológica da escola, a escola não tem que ter parte ideológico, a escola tem que estar presente o professor, os alunos, os funcionários, os pais, lá naquela comunidade, acertando, interagindo e integrando-se para uma melhor educação.

Hoje os índices da educação, no Brasil, estão péssimos, gente. Nós estamos gastando uma boa cota de dinheiro em todos os governos, nem vou puxar para este, o outro governo também teve dificuldade. Mas qual é o rendimento da educação que nós estamos hoje vendo no Brasil, nesses cursos que há e esses exames? Péssimas condições!

Para concluir, Presidente, então, eu entendo que essa é uma boa alternativa de integrar, nós precisamos melhorar a educação, mas a educação tem um elo de ligação muito forte entre professores, a comunidade escolar e os pais. Sem os pais, eu não vejo, não tem como o professor começar a fazer papel de pai e mãe. Ao contrário, por isso que, ao engajar os pais, eles vão anotar e continuar colaborando, elaborando processos coletivos dentro da escola, com o objetivo de favorecer os alunos e a comunidade escolar e, principalmente, os professores. Os pais não são adversários dos professores, nem os professores são adversários dos pais. Esses dois elos juntos, eu não tenho dúvida de que nós teremos uma melhor educação. Obrigado, Presidente.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE MÔNICA LEAL (PP): O Ver. Felipe Camozzato está com a palavra em Comunicações, por cedência de tempo do Ver. Cassio Trogildo.

VEREADOR FELIPE CAMOZZATO (NOVO): Muito obrigado, Presidente, quero saudar os colegas vereadores, em especial, o Ver. Cassio, que me

cedeu o seu tempo, através do Ver. Paulo Brum e bancada do PTB, e desejar uma boa tarde aos nossos telespectadores. Gostaria de aproveitar esse tempo para falar sobre a CPI instalada na Câmara, semana passada, que diz respeito ao Banco de Talentos, à atuação do Michel Costa e também à locação do prédio da SMDE. Estivemos, hoje pela manhã, eu e o Ver. Mauro Pinheiro, o Ver. Adeli Sell, o Ver. Cláudio Janta em debate no programa 90 Minutos, na Bandeirantes, sobre o tema, e uma das grandes preocupações que ficou clara no debate lá na rádio foi de que a essa CPI deve ser dada a devida seriedade, aos seus temas e às suas denúncias. Muito embora tenhamos visto alguns jornalistas ou mesmo alguns parlamentares, talvez, fazendo desdém, ou então não levando a sério, achando que é meramente eleitoreira, ou então que não caberia maiores esclarecimentos ou averiguações das denúncias. Eu acredito, como vereador independente nesta Casa, que tem votado consistentemente com o governo, acredito que, sim, essas denúncias merecem esclarecimento e, inclusive, é uma grande oportunidade do próprio governo passar a limpo essas questões, virar a página e, inclusive, se fortalecer mediante o esclarecimento e apuração dos fatos, no sentido de que não tenha havido nenhuma irregularidade. Chamo a atenção também para a questão de que, nessas três denúncias, causa um grande desconforto de minha parte, como parlamentar, não ser a favor de um pedido da CPI dessa vez, muito embora estejamos num contexto onde diversos pedidos de *impeachment* foram feitos, muitos realmente sem nenhum embasamento, outros de CPI já tinham sido feitos no passado, a gente tem esse medo enquanto sociedade de que CPI vai resultar em pizza, que não vai dar em nada. Mas neste em caso, em específico, acho que as denúncias que estão postas ali carecem de esclarecimentos mais aprofundados. Esta CPI precisa ser levada muito a sério não só pelos parlamentares que a compõe. Hoje eu vi no debate que têm a intenção, sim, seja oposição, seja governo, de dar a devida investigação, trazer os fatos e os seus desdobramentos a público, para que a população de Porto Alegre tenha esclarecimentos sobre aquelas denúncias, mas também a sociedade civil e os veículos de imprensa.

É preciso entender que, quando a gente tem uma denúncia, por exemplo, de favorecimento de empresa privada, com contratos que dizem respeito ao nosso transporte público, isso é muito sério. Tão sério a ponto de a gente achar que merece maiores esclarecimentos. E aí se torna especialmente preocupante, quando eu vejo que o governo, em vez de responder aquelas denúncias, vem aqui usar a tribuna, usar seus espaços, para dizer que o autor delas não é digno de crédito das suas denúncias, porque afiliado a um partido político, filiado ao PP, que estava brigando com o prefeito. Eu acho que, por mais que tenhamos aí doses de interesse político e partidário, que eu acho que, sim, existem, nós não podemos fechar os olhos para a gravidade dos conteúdos e precisamos, sim, apurar. Afinal de contas, é papel do Legislativo fiscalizar, e a CPI está dentro do rol de competências do Legislativo. Então, espero e desejo um bom trabalho nesta CPI, que eu acho que, desde o seu programa, sugerido pelo presidente, que pode ser, sim, melhorado e alterado em muitos dos seus pontos, até mesmo a execução de toda a CPI no desenrolar dos seus dias, é preciso, sim, dar atenção e dar a devida publicidade a tudo o que vier de esclarecimento para o cidadão ter seu interesse

atendido, que é o de saber o que afinal foi feito e por que aquelas denúncias vieram à tona. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE MÔNICA LEAL (PP): O Ver. Delegado Cleiton está com a palavra em Comunicações.

VEREADOR DELEGADO CLEITON (PDT): Obrigado, meu querido amigo e líder da Bom Jesus, minha querida Presidente Mônica Leal, meus queridos colegas, funcionários desta casa, senhoras e senhores. Primeiro, eu gostaria de parabenizar, dar um abraço bem apertado e um beijo no meu filho Gabriel Faé que hoje faz 29 anos, e, ontem, como presente foi reeleito Conselheiro Tutelar da Zona Sul. Meu parceiro de lutas e discussões, Gabriel, um beijo no teu coração. Meus queridos, é muito bom estar aqui. Esse período fora me proporcionou outras experiências, fui eleito Presidente da Associação dos Delegados, e agora, num novo pleito, dentro da minha associação, fui reeleito vice-presidente dessa associação, dessa categoria que eu respeito muito e que faz a administração da instituição Polícia Civil. Quero aqui também parabenizar todos os agentes policiais e delegados que têm feito, junto com a nossa querida chefe Nadine Anflor e meu querido subchefe Fábio, que eu chamo de Fabinho, um belo trabalho no Rio Grande do Sul, especialmente aqui em Porto Alegre, com índices diminuindo e baixando cada vez mais. Mas nós queremos mais. Volto, senhores, aqui, com uma vontade imensa e emocionado, eu tento ler discursos que faço e ponho no papel para não me perder aqui pela emoção, mas já me perdi, só de estar aqui olhando para cada um dos senhores e sabendo que muitos estão ouvindo e que desejam o meu retorno a esta Casa. Não era dessa forma que eu gostaria de ter vindo, mas faço aqui a minha presença como representação dos trabalhadores, dos povos da periferia, de pessoas de toda Porto Alegre que precisam realmente de uma representatividade, e me somo aos senhores para fazer de Porto Alegre uma Porto Alegre melhor. Não interessa o tempo que passarei aqui. E isso eu quero deixar bem claro, senhores: não interessa o tempo que eu vou passar aqui; não interessa se amanhã ou depois eu tenha que sair daqui da Câmara, mas neste período em que eu estiver aqui eu vou garantir que a minha consciência, a minha ideologia, o meu jeito de ser permanecerá e será parte dos meus votos, parte da minha emoção e parte do meu trabalho, que continuará sendo feito aqui.

Tenho 28 anos de Polícia e eu sempre digo para os meus policiais: “Não se assustem com o bicho antes de ver o tamanho dele.” A minha família é de Lavras do Sul, e não nos assustamos por qualquer coisa, a gente não tem medo de qualquer coisa, a gente não tem medo de ameaça, a gente não tem medo de que se force uma barra para que aqui eu faça um trabalho que não seja o trabalho da minha consciência.

E, como eu disse antes, quero ver uma Porto Alegre melhor. E não interessa o tempo que eu vou passar aqui, é para fazer o trabalho que a minha consciência manda. Assim sempre foi feito, mesmo no período passado, quando o prefeito era um grande amigo, quando eu fazia parte da base, meu partido comandava Porto Alegre. Sempre

votei com a minha consciência, sempre votei com a forma que eu achava que eu iria ficar bem com a minha consciência e com os meus eleitores. Obrigado, senhores. E digo, mais uma vez: estou muito feliz por voltar aqui, por revê-los e por poder trabalhar com cada um dos senhores. Obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE MÔNICA LEAL (PP): O Ver. Prof. Alex Fraga está com a palavra em Comunicações, por cedência de tempo da Ver.^a Karen Santos.

VEREADOR PROF. ALEX FRAGA (PSOL): Boa tarde, senhoras e senhores. Agradeço à minha colega de bancada, Ver.^a Karen Santos, pela cedência do seu espaço no período de Comunicações. Eu gostaria de falar algumas breves linhas a respeito de um projeto que entrou nesta Casa Legislativa na semana passada. A nossa Comissão de Educação vem acompanhando, com bastante preocupação, o silêncio da Prefeitura Municipal, em especial da SMED, com relação às eleições para as direções das nossas escolas. Talvez muitos não saibam que a lei vigente no município de Porto Alegre, desde 1993, respeitada por todas as administrações desde então – todas as administrações respeitaram essa lei –, prevê que a abertura do prazo para as eleições de direção começou dia 1º de outubro, e, nessa primeira quinzena de outubro, devemos ter o estabelecimento das comissões eleitorais. Chamamos a SMED por duas vezes para comparecer à comissão de educação para prestar esclarecimentos, para nos relatar o que estava fazendo à frente e em prol da eleição das direções. No dia 17 de setembro, o secretário pediu para informar que não poderia disponibilizar agenda para a data, e pediu para que reagendassem a sua visita, o seu comparecimento, para o dia 1º de outubro, justamente o primeiro dia da abertura do período para instauração das comissões eleitorais, e, na véspera da reunião, o secretário pede para informar que não poderia comparecer à nossa reunião – estavam lá presentes os vereadores Mauro Zacher e Cassiá Carpes, que é o vice-presidente da comissão –, dizendo que não tinha conseguido se reunir com os diretores atuais e que queria antes fazer comunicações a eles, e que, portanto, não compareceria à comissão de educação desta Casa Legislativa para prestar os esclarecimentos. Ficamos sabendo que no dia seguinte à nossa reunião o secretário convoca os diretores e faz uma reunião na quinta-feira da semana passada com uma minuta de projeto de lei que muda o regimento das eleições, e esse pedido foi protocolado na sexta-feira passada. Antes de mim usou a tribuna para se manifestar o Ver. Cassiá Carpes, nosso vice-presidente. Eu gostaria de relatar que acredito que existam pontos positivos na iniciativa do secretário municipal de Educação. Existem alguns pontos bastante positivos, mas nós precisamos sim discutir, precisamos chamar os professores, as professoras, os estudantes, os pais de alunos para dialogar, para construir um projeto de lei que se transforme em uma lei que corresponda aos anseios das comunidades escolares, porque é para isso que estamos aqui, para votar projetos e construir leis que venham a engrandecer os processos democráticos na nossa querida Porto Alegre. Eu preciso destacar que alguns pontos me deixam bastante preocupado,

Ver. Hamilton Sossmeier. A questão dos nove anos de experiência na rede municipal como pré-requisito para a candidatura à eleição de um diretor. Eu estou em estágio probatório, estou licenciado da Prefeitura, me sinto não preparado para assumir um cargo de direção quando retornar às minhas atividades laborais na minha escola, a Escola Saint Hilaire, na Lomba do Pinheiro, não porque eu não tenha nove anos de rede. Mas eu não me sinto preparado porque eu não tenho um curso de gestão escolar, eu não tenho especialização, eu não fiz aprimoramento acadêmico, eu não tive preparação para exercer essa função, mas eu tenho 19 anos de sala de aula, eu conheço escolas, eu conheço pré-vestibulares, eu dei aulas em escolas pública, em pré-vestibular popular. Os meus 19 anos de chão, de sala de aula, acredito que me qualificam como professor e eu não acredito que deva ser um dos pré-requisitos para a assunção à direção de uma escola nove anos de rede. É necessário que seja professor efetivo, ou seja, tenha vencido seu estágio probatório, e isso eu não fiz. Então, é esse tipo de debate que proponho que façamos nesta Casa legislativa. Existem aspectos positivos no projeto de lei que o secretário da educação envia para esta Casa legislativa? Existem. Mas existem alguns pontos que podem ser muito negativos. Eu não entendo que nove anos de Rede própria qualifiquem uma pessoa, ao contrário de 20, 30 anos na iniciativa privada, como professor, vivenciando todos os problemas existentes na educação do nosso País. Acho que a gente precisa ter franqueza, despir as armas e fazer um debate que construa um processo eleitoral mais justo, mais democrático, que possa sanar os problemas e os anseios que a população de Porto Alegre tem com relação a um tema tão caro que é a educação. Uma boa tarde.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE MÔNICA LEAL (PP): O Ver. Dr. Goulart está com a palavra em Comunicações, por cedência de tempo do Ver. João Bosco Vaz.

VEREADOR DR. GOULART (PTB): Sra. Presidenta, Ver. Mônica Leal, Sras. Vereadoras, Srs. Vereadores, senhoras e senhores, amigos que nos visitam, e público que nos assiste pela TVCâmara; meus queridos, eu queria aqui fazer uma saudação ao nosso querido Ver. Cleiton, que retorna a esta Casa, para assumir o seu mandato, cumprimentá-lo, pois o seu filho fez uma votação acima de mil votos, sufrágios, ontem na eleição do Conselho Tutelar, sendo eleito. E quero saudar também aqui no Conselho Tutelar da mesma região do filho do Cleiton, a zona do médio sul, Ipanema, que a Ana Paula, atentem, uma nova liderança que surge, a Ana Paula, que minha esposa escolheu para trabalhar com ela no Conselho Tutelar, e ela fez 702 votos na primeira vez que concorre, sozinha na chapa. Uma bela liderança que surge, menina muito trabalhadora, ali da Monte Cristo.

Bom, meus queridos, eu queria falar uma outra coisa para vocês. Nós precisávamos falar todos os dias, Oliboni, e meu querido mestre, Adeli Sell, sobre o IMESF. Nós temos que falar nisso, se o IMESF fechar, quem é que vai atender esse povo necessitado que não pode pagar uma consulta nem nessas medicinas mais baratas

que tem aí pelo centro, com consulta a 30, 40 reais. Pode ir a pé, aí não paga o ônibus, chega lá e paga consulta; ou paga o ônibus, e não paga a consulta. É para essa gente que o SUS está virado, principalmente, para pessoas que precisam de atendimento e não têm dinheiro, ou têm salários parcos, como o nosso salário mínimo, que é pequeníssimo. O SUS também atende um milionário que cair na rua e tiver um enfarto e leva para fazer colocação de *stent* no Instituto de Cardiologia, um dos melhores do Brasil. O SUS também atende as pessoas ricas. E uma coisa que a gente tinha que rever, tem que dar uma revisada nisso, depois. Mas o que eu quero dizer é o seguinte: é que nós não podemos fechar o IMESF. Isso é uma ignomínia para a nossa gente – nesses dias; o Ver. Cassio Trogildo, queria saber -, é vergonha, ignomínia. Como é que nós vamos afastar 1.800 funcionários da Saúde, Oliboni? Eu não entendo esse raciocínio, eu não consigo entender, porque o Ministério Público diz que pode deixar público uma parte, mas uma outra parte não tem que deixar público; não pode transformar tudo de uma vez só. Eu penso sim que o Ministério Público pode falar sobre determinadas coisas, mas não falar sobre a saúde. Quem sabe da saúde é o prefeito. Quem sabe mais que o prefeito, da saúde, é o povo que precisa. E intermediariamente quem sabe da saúde são os vereadores. Nós é que recebemos, somos o anteparo das barbaridades que estão acontecendo na saúde. E vamos ficar quietos? Nós temos que fazer alguma movimentação muito forte para não permitir o afastamento de 1.800 funcionários do IMESF. Isto é uma ignomínia, como eu tinha dito, é uma vergonha para a gente, porque, o que vai fazer? Pode o prefeito – e eu queria ajudar o prefeito, e quero que o Bosco, que me cedeu o lugar, já agradeço, se reúna conosco, e me emprestou esse horário – eu espero que ele nos ajude a sentar para conversar com o prefeito. O prefeito é quem tem que resolver esse problema.

Vereador Aldacir Oliboni (V. Exa. permite um aparte? Assentimento do orador.) Nobre e querido colega, Ver. Dr. Goulart, que é médico e atuou sempre, durante toda a vida na área da saúde, levanta um tema muito preocupante para todos nós e para todos os porto-alegrenses. Nós estamos ao seu lado, do lado do povo, ao lado dos trabalhadores, para que esse programa não termine e que a população continue sendo assistida. Por isso nós estamos dando continuidade, na quarta-feira, próxima, às 10h30min, o senhor está convidado, como todos os vereadores estão convidados, aqui no Plenarinho, Ana Terra, a Frente Parlamentar em defesa do IMESF, presidida por este vereador, está chamando em audiência pública, onde estarão todos os órgãos de controle, o Ministério Público do Trabalho, Ministério da Justiça, o Ministério Público Estadual, para dar a opinião deles sobre a extinção e o seguimento do atendimento para os cidadãos de Porto Alegre. Então, é fundamental: quarta-feira, às 10h30min, aqui na Câmara Municipal de Porto Alegre, onde todos poderão participar. Queremos a posição do governo e a posição dos órgãos de controle. Muito obrigado.

VEREADOR DR. GOULART (PTB): Muito obrigado. Ver. Oliboni, o que nós vamos fazer? Eles tiraram a aposentadoria do Conceição, e nós fomos lá e conseguimos, em Brasília, resolver o problema da aposentadoria, que poderia o

aposentado continuar trabalhando. Nós fomos na PUC e devolvemos o SUS para a PUC, era antigamente INAMPS – devolvemos; nós fomos a Brasília e devolvemos; nós fomos a Brasília e devolvemos. Nós temos que fazer o quê? É não ir a Brasília. Nós temos que ir aqui em Porto Alegre mesmo falar com o prefeito, porque quem manda na saúde do Município é o prefeito, é o Conselho Municipal de Saúde, são os vereadores, somos nós. Nós não podemos deixar fechar, eu volto a dizer, porque eu quero ser insistente, uma casa que atende milhares de pessoas através de seus 1.800 funcionários; nós temos que ir lá e mostrar: “Sr. Prefeito, aceite o que o Ministério Público está dizendo”. Já tem concursados...

(Som cortado automaticamente por limitação de tempo.)

(Presidente concede tempo para o término do pronunciamento.)

VEREADOR DR. GOULART (PTB): ...agentes de combate a endemias já são concursados, alguns agentes de saúde são concursados. Então, tira-se esse pessoal e bota eles concursados e, depois, repõe de novo, mas mantém-se os funcionários que ainda não fizeram concurso. Não tem outra solução. Então, ele afasta aqueles que a lei manda e recebe os outros para que eles continuem atendendo o meu povo querido, principalmente, na Restinga, que está precisando de muito auxílio. Não tem ginecologista na Restinga, estou eu atendendo a Restinga toda como voluntário de ginecologia. Obrigado pelo horário, Ver. João Bosco Vaz. Pessoal, vamos nos dar as mãos e vamos nos abraçar ao IMESF.

Nós vamos ficar com vergonha daqui a alguns meses, quando o povo não tiver atendimento e o IMESF estiver fechado. Vamos atender o povo através do IMESF. Sr. Prefeito, nos ouça, nós queremos lhe dizer, estamos aqui para lhe dar apoio – apoio, prefeito! Os vereadores estão aqui para ajudar...

(Som cortado automaticamente por limitação de tempo.)

(Não revisado pelo orador.)

VEREADOR VER. CLÁUDIO JANTA (Requerimento): Sr. Presidente, solicito a transferência do período de Grande Expediente para a próxima sessão.

PRESIDENTE MÔNICA LEAL (PP): Em votação o Requerimento de autoria do Ver. Cláudio Janta. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO.**

PRESIDENTE MÔNICA LEAL (PP) – às 16h32min: Havendo quórum, passamos à

ORDEM DO DIA

VOTAÇÃO

(encaminhamento: bancadas/05 minutos/sem aparte)

PROC. Nº 0414/19 – PROJETO DE LEI DO EXECUTIVO Nº 016/19, que dispõe sobre as Diretrizes Orçamentárias para o exercício de 2020.

Parecer:

- da **CEFOR**. Relator Ver. Mauro Pinheiro: pela aprovação do Projeto e da Emenda nº 01 e pela rejeição das Emendas nºs 02 a 06 e 08 a 14.

Observações:

- com Emendas nºs 01 a 06 e 08 a 14;
- retirada Emenda nº 07;
- para aprovação, maioria simples de votos, presente a maioria absoluta dos Vereadores – art. 53, “caput”, c/c art. 82, “caput”, da LOM;
- o Projeto será votado com as Emendas com Parecer pela aprovação, nos termos do art. 120, VI, do Regimento da CMPA;
- para a votação em separado de Emenda com Parecer pela aprovação ou rejeição, será necessário requerimento subscrito por um terço dos membros da Casa – art. 120, VI, do Regimento da CMPA;
- durante a Ordem do Dia não serão admitidas Emendas (art. 120, § 2º, do Regimento);
- incluído na Ordem do Dia em 02-10-19;
- votação da Emenda nº 02 NULA por falta de quórum em 02-10-19.

PRESIDENTE MÔNICA LEAL (PP): Em votação nominal, solicitada por esta presidência, a Emenda nº 02, destacada, ao PLE nº 016/19. (Pausa.) (Após a apuração nominal.) **REJEITADA** por 12 votos **SIM** e 19 votos **NÃO**.

Em votação a Emenda nº 03, destacada, ao PLE nº 016/19. (Pausa.) O Ver. Cassiá Carpes está com a palavra para encaminhar a votação da matéria.

VEREADOR CASSIÁ CARPES (PP): Sra. Presidente, Sras. Vereadoras e Srs. Vereadores, esta emenda tenho, repetidamente, colocada na LDO que é a elaboração do projeto – dizem, muitas vezes, que este projeto já está pronto na prefeitura, mas um dia vai ser executado – do Executivo para duplicação da Av. Vicente Monteggia, na Vila Nova. É uma obra muito importante para aquela região que cresceu muito, da Cavalhada até a Vila Nova. Conversei há pouco com o secretário Busatto que não se opõe de permanecer na LDO, numa eventualidade de o Município melhorar a situação futuramente e fazer a obra. E aproveito a oportunidade para pedir, ao contrário, na Emenda nº 04, já contemplado pelo Município, conforme informação também do secretário Busatto, podemos rejeitar porque não há mais necessidade. A Emenda nº 03 é

sobre a duplicação da Av. Vicente Monteggia – uma das obras mais importantes da capital. Aquela região cresceu muito, conseqüentemente não há um trânsito perfeito ali para a evacuação dos carros que saem e entram ao final da tarde para o bairro que, como eu disse, cresceu muito. Peço anuência dos senhores vereadores e vereadoras – já tive a compreensão do secretário Busatto para permanecer na LDO. E, se futuramente, a Prefeitura tiver conseqüentemente os valores e condições de fazer essa obra importante na região, fará; portanto não vejo por que tirar da LDO, e foi assim que entendeu também o secretário Busatto. Obrigado, vereadores.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE MÔNICA LEAL (PP): O Ver. Prof. Alex Fraga está com a palavra para encaminhar a votação da Emenda nº 03, destacada, ao PLE nº 016/19.

VEREADOR PROF. ALEX FRAGA (PSOL): Boa tarde, senhoras e senhores, subo à tribuna para apoiar a iniciativa do Ver. Cassiá Carpes, mas sempre a gente tem que fazer pequenos comentários. A minha família se mudou para Vila Nova há muito tempo, os meus pais construíram casa lá no final da década de 80. Encontrávamos frequentemente plantações de pêssego espalhadas pela Vila Nova. A família Bertacco tinha plantação – cenoura; inclusive sou frequentador da festa. O Ver. Cassio Trogildo também cresceu na região da Vila Nova. Todos nós sabemos do problema de acesso que existe no bairro. Com o aumento do adensamento urbano na região, os problemas se agravaram. Em horários de pico, é insuportável o trânsito na Av. Vicente Monteggia! O problema, Ver. Cassiá Carpes, é que o projeto que existe na Prefeitura é um projeto megalomaniaco, é um projeto que foi construído para nunca sair do papel! Não é apenas um projeto de duplicação, é um projeto de triplicação da Av. Vicente Monteggia. Nós precisamos de algo factível e que atenda a necessidade do bairro. Três vias para ir, três vias para voltar são, talvez, demasiadas demais para colocar em prática no momento. Por quê? Porque precisa-se fazer o recorte, diminuir os terrenos, a Prefeitura precisa fazer a aquisição de algumas áreas ali, desapropriações, e isso, de certa forma, inviabilizou, ao longo das últimas décadas, a implementação dessa obra necessária para o bairro. Talvez seja importante que algum governo mais racional assuma a Prefeitura desta cidade e planeje a cidade com as necessidades de médio, curto e longo prazo para a cidade, que se faça um planejamento de ampliação da Vicente Monteggia, com possibilidade de aumento, mas que possa ser colocado em prática. Agora, ter um projeto de triplicação da Vicente Monteggia, que está lá, o projeto está pronto, lindo, maravilhoso. Quando eu cheguei nesta Casa Legislativa, pedi uma reunião com a EPTC, na época, com a falecida Secretária de Obra e Viação, sabe-se lá Deus para onde foi, em que buraco o Marchezan enviou esse órgão importante, está todo despedaçado e espalhado em outras pastas. Mas nós precisamos de alguma coisa que funcione para esta cidade. Um projeto de triplicação? Se a Prefeitura não consegue implementar, todas as Prefeituras dos últimos anos, desde que ficou pronta essa proposta, não tem viabilidade! Os técnicos que me receberam no Paço Municipal, quem

fez o acompanhamento foi o nosso querido Gil, da bancada do MDB, que trabalhava na assessoria do vice-prefeito, na época, Sebastião Melo, ele é testemunha, os técnicos disseram que não havia viabilidade, porque os recursos eram muito grandes, não recurso apenas para a construção, mas para as desapropriações necessárias para o projeto existente no Executivo. Se esse projeto não sai do papel, ou não tem a possibilidade de sair do papel, a gente precisa de uma proposta alternativa. Não adianta a gente ficar fazendo recorte, inserindo, na LDO, na LOA, recursos, se não há a capacidade de efetivar tal obra. Então, está na hora do Executivo fazer o que foi eleito para fazer, que é pensar esta cidade, planejar esta cidade e efetivar o que nosso povo precisa, e não ficar fazendo guerrinha e disputinha política por picuinhas. O problema da Vila Nova é crônico, de difícil solução. Eu sugeri que se fizesse mais uma via – uma via! – e colocassem fluxo oscilante, dependendo do horário do dia, duas pistas para ir e duas pistas para voltar em determinados horários. Mas a EPTC e a SMOV fecharam os ouvidos, não querem resolver o problema, e aí o imbróglio fica para a população. Um abraço.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE MÔNICA LEAL (PP): O Ver. Mauro Zacher está com a palavra para encaminhar a votação da Emenda nº 03, destacada, ao PLE nº 016/19.

VEREADOR MAURO ZACHER (PDT): Ver. Comassetto, obrigado pela gentileza. Eu quero dizer que a emenda é extremamente importante, porque trata-se de uma obra fundamental para que possamos melhorar a mobilidade e a reurbanização do grande crescimento demográfico que tivemos na Zona Sul. No entanto, quero dizer ao Ver. Cassiá que já existe projeto finalizado para a Vicente Monteggia. Já está concluído esse projeto, talvez, haja necessidade de uma readequação em detrimento das mudanças, mas já existe projeto para a duplicação tanto da Vicente Monteggia quanto para a Edgar Pires de Castro. O outro projeto que foi contratado no ano de 2012 era o projeto para a duplicação da Oscar Pereira, no entanto, se tornou inviável. O projeto andou, foi contratado para a Edgar Pires de Castro e Oscar Pereira, acho que o Ver. Cassio lembra. O projeto da Edgar Pires de Castro está concluído, não sei se V. Exa. concorda, mas, para mim, é uma das obras mais importantes que nós temos de duplicação em Porto Alegre. Da Oscar Pereira, a conclusão, Ver. Cassio, da empresa contratada na época em que o senhor era secretário, é de que não se viabiliza uma duplicação na Oscar Pereira. Então, chegou-se à conclusão de que o melhor para a Oscar Pereira seria um túnel, seria muito mais barato, menos desapropriação. Quer dizer, o custo, o tempo de obra era imenso, então, a conclusão foi de que o túnel seria o melhor, chegaria lá na Costa Gama com uma rapidez muito maior. Então, eu quero dizer ao Ver. Cassiá que o projeto da Vicente Monteggia está concluído, talvez, faltem recursos para uma atualização necessária, porque esses projetos acabam ficando guardados na SMOV, por isso eu não sei se há necessidade de aprovação da emenda. Enfim, acho meritório, acho uma luta necessária, é importante que venhamos lutar por essas obras tão importantes que temos

aí, para melhorar o trânsito, a mobilidade e a vida daqueles que vivem e trabalham na região Centro.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE MÔNICA LEAL (PP): O Ver. Eng^o Comassetto está com a palavra para encaminhar a votação da Emenda nº 03, destacada, ao PLE nº 016/19.

VEREADOR ENG^o COMASSETTO (PT): Prezada Ver.^a Mônica, colegas vereadores e vereadoras, inicio a fala aqui, em nome da nossa bancada, dizendo que votaremos favoravelmente à emenda, porém temos que trazer aqui o processo histórico de Porto Alegre, para analisarmos há quanto tempo está este debate da ampliação do sistema viário de Porto Alegre. A última via duplicada, estruturada no município de Porto Alegre, com exceção da Copa do Mundo, que não acabaram até hoje, da Av. Tronco e outras, foi feita pela Administração Popular, que foi a ampliação da Av. Juca Batista até o entroncamento com a Edgar Pires de Castro, que vai para a Restinga, e a Juca, que continua em direção a Belém Novo.

Ver. Cassio Trogildo, o senhor foi secretário; o Ver. Luciano Marcantônio foi secretário, o ver. Mauro, e nós debatemos este tema há muito tempo. A partir daí nenhuma outra via foi duplicada em Porto Alegre, com exceção das da Copa do Mundo, como eu disse aqui no início da minha fala. Ver. Cassiá, eu apresentei, com o voto contrário do PP, naquela época, 2005, 2006, 2007, e aprovamos aqui com emenda de outros vereadores, aprovamos juntos, e o Ver. Goulart assinou mais de uma vez, colocamos recurso no orçamento em 2005, 2006, 2007 e 2008 para elaborar os projetos para duplicar a Edgar Pires de Castro, a Vicente Monteggia, o acesso norte do Porto Seco, a Oscar Pereira, entre outras. E aí, além disso, um conjunto de outras pequenas obras que podem ser executadas e que desafogam o trânsito de Porto Alegre. Eu dou um exemplo aqui, a Av. Da Serraria - Ver. Paulinho, nós que moramos e passamos por lá todos os dias - vai até o entroncamento da Ponta Grossa, e ficaram ali mais ou menos uns 800 metros que ligam um bairro ao outro, mas que só tem buracos e depósito de lixo. Passem lá hoje para ver, porque aquilo ali resolveria o trânsito do Extremo-Sul, entre a Juca Batista e a Serraria e desafogaria muito. Mas os tempos são outros, e aí eu quero dizer o seguinte: veja só, Cassiá, o que foi feito, e foi o Luciano Marcantônio, neste governo, que coordenou uma obra simples, executada pelos técnicos da Prefeitura, com a estrutura da Prefeitura, ali na Pedra Redonda, na Av. Cel. Marcos, fez uma via duplicada e uma dupla reversível. De manhã, vem de lá para cá e, de tarde, vai daqui para lá. Resolveu muito, não é que resolveu, amenizou muito o problema. Então, o que falta, na verdade, neste momento, na gestão, e que foi desmontada é a equipe da engenharia de tráfego da cidade de Porto Alegre. Isso foi desmontado. Então, quero dizer que votaremos a favor da sua emenda porque entendemos que isso precisa ser retomado na cidade de Porto Alegre. Se não estudarmos a engenharia de tráfego, dizendo o que se faz com o estudo, alocando, não se conseguem recursos. E é verdade, tem projetos que foram feitos, inclusive quando o Cassio foi secretário, na Vicente

Monteggia e na Edgar Pires de Castro, mas na Edgar, por exemplo, acho que é em torno de, noventa e poucos milhões. Nós não vamos mais conseguir esses recursos, porque, Cassiá, o governo federal que o senhor apoia cortou todos os recursos para os municípios para a mobilidade urbana. Então, nós temos que fazer essa agenda de município até a União, e fazer isso debatendo, porque é importante debater isso, e nós unificarmos forças aqui para resolver essas agendas. Essa não é a agenda de situação e oposição...

(Som cortado automaticamente por limitação de tempo.)

(Presidente concede tempo para o final do seu pronunciamento.)

VEREADOR ENG° COMASSETTO (PT): ...Concluo aqui dizendo que o programa de duplicação e reorganização do sistema viário tem que ser retomado, porque desde quando a Administração Popular deixou Porto Alegre isso cessou. E digo mais, eram feitos vários quilômetros de estradas por ano em Porto Alegre, não foi feito mais nenhum metro a partir disso, entre elas a Jorge Pereira Nunes, lá no campo Novo, que chegou no topo, continua o ônibus e as escolas indo lá para baixo e pisando no barro até hoje. Então, tem o nosso apoio, Ver. Cassiá, inclusive para contribuir com o contraditório, quando for necessário. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE MÔNICA LEAL (PP): O Ver. Cassio Trogildo está com a palavra para encaminhar a votação da Emenda nº 03, destacada, ao PLE nº 016/19.

VEREADOR CASSIO TROGILDO (PTB): Presidente Mônica, senhoras vereadoras e senhores vereadores; precisei subir à tribuna principalmente para lembrar o Ver. Comassetto de algumas outras vias da cidade que tiveram a sua expansão após a Administração Popular ter construído Porto Alegre. Porque a Administração Popular construiu tudo o que tem em Porto Alegre; depois da Administração Popular ninguém mais fez nada em Porto Alegre.

Tivemos, rapidamente, no caminho do Ver. Comassetto, para ele se lembrar: duplicação de trecho da Av. Beira Rio – foi depois da Administração Popular -, a Av. Diário de Notícias – que é seu caminho também, só para lembrar, pelo caminho que o senhor usa todos os dias, talvez tenham feito antes, mas próximo da sua morada, mas teve vida, teve serviço, teve trabalho depois da Administração Popular em Porto Alegre. E também vários outros trechos, não vou ficar lembrando todos aqui, Ver. Mauro Zacher, que foi secretário também, o senhor duplicou também algumas vias na cidade enquanto foi secretário. Não é esse o ponto que nós estamos tratando.

Em relação a projetos, desde 2008, Ver. Comassetto, tem projeto de duplicação da Av. Vicente Monteggia. É verdade que ele precisa ser atualizado, porque - eu não estava aqui ainda, mas esta Casa aprovou que qualquer requalificação viária

tem que ter ciclovia; qualquer expansão ou requalificação viária na cidade tem que vir acompanhada de ciclovia. E o projeto da Av. Vicente Monteggia é de 2008, então anterior a isso; como também o da Av. Edgar Pires de Castro também é anterior a isso, precisa ser readequado; e também a contratação lá da Av. Oscar Pereira, que realmente eu não sei como terminou, porque era uma solução técnica bastante complexa em função de estar entre uma área de declive, na subida, e morros à direita, ali, na subida da Av. Oscar Pereira. Então, eu realmente entendo a intenção do Ver. Cassiá Carpes e creio que ele tem uma boa intenção ao propor que o projeto de duplicação da Vicente Monteggia conste na LDO, mas ele já está pronto, desde 2008, e precisa, sim, de uma requalificação. Ele é uma ação PPA, e todas as ações que estão no PPA não devemos, tecnicamente, replicar na LDO, sob pena de estarmos reescrevendo o PPA na aprovação da LDO. Então, logicamente, não é contra o mérito da proposição do Ver. Cassiá Carpes e, muito antes pelo contrário, desmerecer o mérito e a proposição que o vereador está fazendo, mas tecnicamente é uma emenda que não se faz necessária por já ter a previsão no Plano Plurianual. Se o vereador quiser reservar os recursos, aí, na Lei Orçamentária Anual, poderá fazê-lo, e teremos esse prazo até 15 de outubro. Obrigado e grande abraço a todos.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE MÔNICA LEAL (PP): O Ver. Luciano Marcantônio está com a palavra para encaminhar a votação da Emenda nº 03, destaca, ao PLE nº 016/19, pelo governo.

VEREADOR LUCIANO MARCANTÔNIO (PTB): Obrigado, Presidente Mônica, colegas e demais cidadãos presentes. Eu queria reforçar algum esclarecimento com relação às obras que foram citadas aqui, a Edgar Pires de Castro e a Vicente Monteggia. Quero ratificar todo pensamento, a posição do nosso líder, do ex-presidente da Câmara, Cassio Trogildo, e, também, falar em nome do nosso líder Paulo Brum, do Dr. Goulart e da bancada do Partido Trabalhista Brasileiro. Gostaria de ratificar o que o Ver. Cassio Trogildo colocou aqui em relação à questão do orçamento. Paralelo a isso, gostaria de passar informações sobre a Edgar Pires de Castro. Como ex-secretário da mobilidade urbana e infraestrutura, não posso deixar passar essa fala sobre a Edgar e sobre a Monteggia sem me manifestar e passar as informações que tenho para os meus colegas e cidadãos porto-alegrenses. A Edgar Pires de Castro é uma obra que está estimada em R\$ 122 milhões. Ela já consta no Avançar Cidades, que é um recurso do Governo Federal, e nós temos, sim, que fazer uma grande articulação, conversar com o governo para que haja essa liberação lá em Brasília. Já está lá o projeto da duplicação da Edgar Pires de Castro, o que está sendo feita é uma readequação do projeto no sentido de atualizar os valores. É isso que está sendo aguardado de Brasília para que possa ser liberada autorização dos recursos para a obra, não projeto. Estamos aguardando recurso de Brasília liberar para o projeto de readequação. Mas também já está lá disponível, depende de articulação, mas já está cadastrado, o recurso para a obra.

Esse recurso do projeto para readequação dos valores é que está pendente e entrava que saia o recurso da obra para termos essa grande via, importantíssima para circulação de moradores do Extremo-Sul e Sul, tão esperada, sendo executada. Então, só para reforçar: aguardamos o recurso do projeto para readequação da obra, e depois sim, já está lá o recurso da obra, tudo cadastrado no Avançar Cidades. Então fomos várias vezes a Brasília para trabalhar essa questão. Em relação à Av. Vicente Monteggia, é importante ressaltar que estamos aguardando a liberação também de recurso para projeto que envolve a trincheira entre a Terceira Perimetral e a Av. Vicente Monteggia. Esses esclarecimentos eu gostaria de fazer para que possamos, ao fazer interlocução com o governo, ou quando debatermos aqui, termos exatamente a ideia do que está faltando para acontecer. A Av. Edgar Pires de Castro e também a Av. Vicente Monteggia em termos de projeto e obra. Em relação à Av. Edgar Pires de Castro está muito adiantado o processo, cadastrado inclusive o recurso da obra já em Brasília, faltando o recurso de adequação do projeto; em relação à Av. Vicente Monteggia falta o recurso do projeto da obra da trincheira da Terceira Perimetral com a Av. Vicente Monteggia. Depois ainda tem que encaminhar para Brasília e cadastrar todo o recurso da obra. São etapas para serem cumpridas tecnicamente e que a articulação política certamente pode colaborar com o governo. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE MÔNICA LEAL (PP): Em votação nominal, solicitada por esta presidência, a Emenda nº 03, destacada, ao PLE nº 016/19. (Pausa.) (Após a apuração nominal.) **APROVADA** por 27 votos **SIM** e 04 votos **NÃO**.

Em votação nominal, solicitada por esta presidência, a Emenda nº 04, destacada, ao PLE nº 016/19. (Pausa.) (Após a apuração nominal.) **REJEITADA** por 08 votos **SIM**, 21 votos **NÃO** e 01 **ABSTENÇÃO**.

(O Ver. Reginaldo Pujol assume a presidência dos trabalhos.)

PRESIDENTE REGINALDO PUJOL (DEM): Em votação a Emenda nº 05, destacada, ao PLE nº 016/19. (Pausa.) A Ver.^a Mônica Leal está com a palavra para encaminhar a votação da Emenda nº 05, como autora.

VEREADORA MÔNICA LEAL (PP): Obrigada, Ver. Pujol. A Emenda nº 05 tem como objetivo atender às necessidades da comunidade da Lomba do Pinheiro, especificamente das ruas Leonardo da Vinci, Honduras e São Lourenço. São três ruas não pavimentadas, é uma reivindicação muito antiga dessa comunidade. As três ruas já, de longa data, têm problemas de pavimentação, ou seja, dificultando o acesso de todos seja por via automobilística ou caminhando. Um bom exemplo disso que aqui falo, que quero compartilhar com os senhores e as senhoras, é que as duas linhas de ônibus – A84 e A86 – não passam mais nesse local devido, justamente, a essas dificuldades. Os usuários, com a falta desses ônibus, têm que se deslocar até a Estrada Afonso Lourenço

Mariante. Com isso, vejam bem, os pais, os responsáveis pelas crianças e jovens também, que frequentam a Escola Estadual de Ensino Fundamental Luiz Gama, bem como da Escola de Educação Infantil Nossa Senhora Aparecida do Loteamento Mariante, têm muitas dificuldades de levá-los até o local, até essas escolas, intensificando mais ainda em dias de chuva. Então, fora a dificuldade de locomoção para que se levem essas crianças a essas duas escolas, também se corre o risco de acidentes. Por isso, eu vejo como muito importante essa antiga reivindicação da comunidade, que eu insisto em que meus colegas prestem bem atenção: são crianças, são jovens que querem só o direito de chegar nas escolas. Estima-se que mais de 7 mil pessoas serão beneficiadas. Então, vejam bem, a importância da pavimentação dessas ruas para que 7 mil pessoas - entre essas, crianças e jovens - consigam se deslocar com segurança e com facilidade. O PPA dispõe de uma ação no programa Porto Alegre do Futuro voltada para a ampliação e melhoria da infraestrutura viária mediante a elaboração de projetos e execução de obras de ampliação viária. Para que uma determinada obra seja executada, é necessária a elaboração do projeto, o qual, conforme informado por representantes da comunidade, não existe. Para fins de qualquer ação deste Legislativo em atenção ao requerido registro pelas pessoas que lá residem e trabalham, requer que seja elaborado projeto para posterior execução. Quero dizer aos senhores e senhoras que eu trouxe essa questão para debate, e, independentemente do resultado desta votação, eu vou apresentar na LOA, pela necessidade da pavimentação dessas ruas. Eu estive lá, conversei com a comunidade, falei com os pais de crianças e jovens, conheço o trabalho e sei que urge a pavimentação para atender às necessidades da comunidade da Lomba do Pinheiro, nas ruas Leonardo da Vinci, Honduras e São Lourenço – são as três ruas não pavimentadas. Esta é uma causa que eu abracei. Obrigada.

(Não revisado pela oradora.)

PRESIDENTE REGINALDO PUJOL (DEM): Em votação nominal, solicitada por esta presidência, a Emenda nº 05, destacada, ao PLE nº 016/19. (Pausa.) (Após a apuração nominal.) **APROVADA** por **19** votos **SIM** e 11 votos **NÃO**.

Em votação a Emenda nº 06, destacada, ao PLE nº 016/19. (Pausa.) O Ver. Prof. Alex Fraga está com a palavra para encaminhar a votação da matéria.

VEREADOR PROF. ALEX FRAGA (PSOL): Boa tarde, senhoras e senhores, vem à discussão para votação a Emenda nº 06: o Ver. Cassio Trogildo propõe que o Poder Executivo encaminhe à Lei do Orçamento a relação de entidades declaradas de utilidade pública e aptas com o Município para receber recursos sob a forma de subvenções, auxílios ou contribuições. Eu encaminho, em nome da minha bancada, do PSOL, portanto, falo também em nome dos colegas Roberto Robaina e Karen Santos, que nós votaremos contrário a isso, pois não aceitamos, não concordamos com a aplicação de recursos, mesmo os recursos destinados pelas emendas impositivas, a entidades privadas, mesmo que contratualizadas com a Prefeitura. Na nossa

concepção de cidade, o poder público é obrigado a oferecer o serviço através dos seus servidores e dos seus equipamentos, mas essa é nossa visão de cidade, estamos abertos a discutir com o demais conjunto de vereadores desta Casa Legislativa. A nossa bancada votará “não” para esta proposta.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE REGINALDO PUJOL (DEM): O Ver. Cassio Trogildo está com a palavra para encaminhar a votação da Emenda nº 06, destacada, ao PLE nº 016/19, como autor.

VEREADOR CASSIO TROGILDO (PTB): Boa tarde, Presidente, Ver. Reginaldo Pujol. Primeiro, eu gostaria, Ver. Prof. Alex, de dizer que a emenda sofreu uma correção por anuência de líderes; eu acabei não acolhendo a assinatura de V. Exa., porque, no dia em que precisei fazer isso foi no limite da discussão da LDO, eu não o encontrei. Nós retiramos a parte da emenda que fala “aptas com o Município para receber recurso”, porque a aptidão é comprovada após a apresentação da emenda, ou seja, mesmo a entidade sendo declarada de utilidade pública, ela, depois, tem que comprovar aptidão, ou seja, ter todas as certidões em dia e tudo o mais. Essa é uma autorização, Ver. Prof. Alex, não é uma obrigatoriedade; é uma autorização que nós estamos propondo na LDO, ou seja, aqueles parlamentares que entenderem que a utilização não deva ser carrear emendas para entidades de utilidade pública, não serão obrigados a fazê-lo. O que nós estamos aqui fazendo é propondo que se aprove que essa possa ser uma alternativa, e parece que nós estamos falando aqui de dar dinheiro, Ver. Idenir Cecchim, para empresário, para a iniciativa privada! Nós estamos falando aqui da Santa Casa, do Hospital Vila Nova, que são entidades de utilidade pública, porque, se não tiver essa previsão aqui e V. Exa. tiver algum interesse de disponibilizar algum recurso, não poderá; ou para uma creche comunitária que já tenha contrato de prestação de serviços ou de prestação de chamamento com a Prefeitura.

Então, só para clarear, porque parece que nós somos contrários a distribuir dinheiro por aí de emenda parlamentar para iniciativa privada. Não é disso que estamos tratando, estamos tratando aqui de entidades que têm que cumprir o rigor. Eu, particularmente, não deverei encaminhar emendas para entidades de utilidade pública, não está dentro do meu rol de prioridades. O que estamos colocando aqui é uma autorização, aliás, como são todas as leis orçamentárias, desde o Plurianual, a LDO, até a Lei Orçamentária Anual, que são autorizativas; e se aqui não estiver autorizado, está descartada a possibilidade, dentro da lei orçamentária, de ter alguém o interesse, vou repetir, de disponibilizar recursos para uma APAE! Não poderá, não poderá, porque não estará a previsão aqui na LDO.

Só para esclarecer, e preciso mais uma vez frisar que a emenda por anuência de liderança vai até utilidade pública municipal. Nós estamos, então, somente pedindo para que, Ver. Prof. Alex Fraga, na Lei Orçamentária, venha a relação das entidades que tenham utilidade pública municipal; autorização para subvenção não é nesta emenda, é

em outra emenda que já está aprovada no relatório e que não foi destacada, a aprovação para receber. Aqui é só para o Executivo ter que encaminhar, junto com a Lei Orçamentária Anual, a lista daquelas que têm declaração de utilidade pública municipal. Se algum vereador tiver interesse de encaminhar alguma emenda para lá, deverá, depois, conferir se ela tem as certidões aptas sob pena de, depois, no encaminhamento da emenda, for dada como inapta por uma questão técnica, justamente por não cumprir os requisitos. Mas a autorização não está aqui, vereador, aqui está pedindo só que venha apensado a listagem. E, se não vier apensado, talvez outras formas teremos de descobrir quais são as entidades de utilidade pública do Município de Porto Alegre.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE REGINALDO PUJOL (DEM): Em votação nominal, solicitada por esta presidência, a Emenda nº 06, destacada, ao PLE nº 016/19. (Pausa.) (Após a apuração nominal.) **APROVADA** por 25 votos **SIM**, 03 votos **NÃO** e 01 **ABSTENÇÃO**.

(O Ver. Mendes Ribeiro reassume a presidência dos trabalhos.)

PRESIDENTE MENDES RIBEIRO (MDB): Em votação a Emenda nº 09, destacada, ao PLE nº 016/19. (Pausa.) O Ver. Reginaldo Pujol está com a palavra para encaminhar a votação da matéria, como autor.

VEREADOR REGINALDO PUJOL (DEM): Sras. Vereadoras e Srs. Vereadores, a emenda de nossa autoria repete colocações anteriores, procedimentos esses efetivados em projetos de lei orçamentária, tanto de diretrizes, como propriamente o orçamento da cidade. Eu não diria desta tribuna nada que já não tenha dito anteriormente. Há muito tempo eu tenho declarado que o orçamento público brasileiro tem sido, ao longo do tempo, uma farsa; mais do que uma farsa, uma ficção. E mais do que uma ficção, uma peça de relevância total que já é constituída, prevendo seu desrespeito. Felizmente, nesta data, essa prática tem se amenizado. Eu quero, inclusive, cumprimentar a atual administração por ter significativamente alterado os comportamentos que eram comuns em outras ocasiões, inclusive, praticadas pelo governo do qual fui líder nesta Casa. Não é uma mera mea-culpa, porque, mesmo naquelas ocasiões em que líder me encontrava, eu não deixei de oferecer reparos àquelas práticas, que, por exemplo, contingenciavam rubricas inteiras, num desrespeito absoluto à lisura do encaminhamento do processo orçamentário. O que diz a emenda? Diz que fica limitado a 10%, do total da disposição da despesa autorizada, o contingenciamento de dotações orçamentárias na Lei Orçamentária de 2020, não podendo exceder a 20% do valor total das despesas em cada programa finalístico. Tem um parágrafo único que diz que os limites estabelecidos no *caput* desse artigo somente poderão ser descumpridos em casos excepcionais, devidamente justificados, mediante autorização da Câmara Municipal de Porto Alegre.

Ora, Srs. Vereadores, ultimamente não se tem registrado nenhum caso em que as dotações tenham sido contingenciadas além do limite que nós aqui estamos sugerindo. Isso não quer dizer que no passado já não tenha ocorrido. Eu me lembro bem, meu caro presidente da Comissão de Educação, Cultura e Esporte da Casa, o quanto nós sofremos quando fazíamos um orçamento dotando a cultura de valores que eram autorizados pelo Orçamento Participativo e que eram contingenciados em dotações que, no exemplo, permitiam a aplicação de R\$ 2 milhões na descentralização dos projetos culturais, viravam num contingenciamento que restava R\$ 100 mil, R\$ 150 mil, no máximo R\$ 200 mil, num contingenciamento de 90%. Vamos dizer que hoje isso não está acontecendo, excelente, crie-se a obrigatoriedade desse tipo de comportamento ético, correto, que hoje tem sido assumido. Não espere que o mal aconteça ou volte a acontecer para só então tentar corrigi-lo, melhor que seja previsto com a devida antecedência. Então, eu quero, com toda a tranquilidade, dizer que eu me sinto vontade propondo esta emenda, que teve o parecer contrário, porque ela é colocada com esses fundamentos e com essas razões. Evidente que pode haver voz discrepante na Casa. Eu, aqui, não digo que falo nem pela bancada do governo, na conformidade das minhas convicções. As minhas convicções são de que o orçamento deveria ser, no todo, uma peça impositiva. Isso era o que o senador Antônio Carlos Magalhães falava e que, hoje, parcialmente, é realizado como uma concessão do exacerbado presidencialismo desta cidade, deste Estado e deste País, concede aos Parlamentos. Quando isso ocorrer, Ver. Dr. Goulart, aí os Parlamentos também ficarão responsabilizados e não mais colocarão nos orçamentos apenas discursos e propostas que, executadas ou não, lhe dão a satisfação de ver colocado perante a opinião pública quem são favoráveis a determinadas situações que não são previstas na base orçamentária.

Concluindo, Sr. Presidente, esta lei é de orientação ao orçamento que virá à Casa na devida oportunidade. Certamente, nele eu espero, não tenha nenhuma situação que coloque sob risco na execução orçamentária, porque, se houver uma situação em que isso seja necessário, não é a aprovação dessa emenda que irá prejudicá-lo. Basta que, objetivamente e justificadamente, Ver. Valter Nagelstein, se encaminhe uma solicitação a esta Casa, a qual não deixará de autorizar a complementação que fará parte a uma situação excepcional que venha a ser encontrada. Era isso que eu colocaria com a maior tranquilidade, a decisão, óbvio, é do Parlamento.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE MENDES RIBEIRO (MDB): O Ver. Ricardo Gomes está com a palavra para encaminhar a votação da Emenda nº 09, destacada, ao PLE nº 016/19.

VEREADOR RICARDO GOMES (PP): Ver. Mendes Ribeiro, que preside nossos trabalhos nesta Sessão, senhoras e senhores, em primeiro lugar, eu gostaria de dizer que estamos hoje aqui, com quórum, votando, com a Câmara

funcionando, decidindo, ao contrário do que disse o Sr. Prefeito na rádio, de que “a Câmara não trabalha, que há 40 dias não faz nada”. Quero dizer que o Sr. Prefeito tem maioria na Casa, se não bota quórum e não vota, o problema provavelmente é dos projetos que o prefeito encaminha para cá: sem discussão, sem diálogo, sem construção, tudo isso que nós e a sociedade porto-alegrense estamos carecas de saber. Nós vemos o esforço do Ver. Mauro Pinheiro aqui, para arregimentar a base, eu o parabeno. O Ver. Mauro Pinheiro faz muita coisa, mas não faz milagre. É milagre conseguir, com os projetos que nós temos, sem construção, sem diálogo, botar e aprovar no ritmo que quer o Sr. Prefeito, projetos que, na maior parte das vezes, sequer passaram na Comissão de Constituição e Justiça. São projetos que a própria Procuradoria-Geral do Município aponta que não têm condições jurídicas de serem aprovados nesta Casa. Dito isso, hoje estamos aqui votando não por que o prefeito tenha reclamado, mas por que a Casa assim decidiu para analisar as emendas à Lei Orgânica.

Aliás, os projetos do Executivo tiveram que ser deixados mais para frente e só conseguimos votar porque é a Lei Orgânica, porque, para votar aqueles do Executivo, quero crer que ainda há muitas dúvidas, alguns com defeitos graves, técnicos, ausência de documentos, que a Lei de Responsabilidade Fiscal exige para que sejam aprovados. Responsabilidade fiscal não é só atacar o déficit, é ter transparência e responsabilidade nos projetos que manda para Casa.

Dito isso, Ver. Reginaldo Pujol, quero saudá-lo, sou, como V. Exa., favorável a que os orçamentos públicos no Brasil deixem de ser peças de ficção e muitas vezes mero espaço retórico de drible das Casas legislativas. Joga-se na Casa Legislativa um Plano Plurianual, uma Lei de Diretrizes Orçamentárias e um Orçamento que não guardam qualquer relação com a realidade e com o real plano do Executivo. No Brasil – não me dirijo unicamente ao Executivo Municipal –, a forma como os orçamentos públicos são tratados hoje é um drible democrático. O Executivo finge que submeteu uma norma orçamentária para a Casa Legislativa, porque o que nós aprovamos aqui não é o que se executa lá. Tem autonomia para fazer o que bem entende. E assim é. Esta Casa é canceladora, nada mais, de um plano que nem sequer sabemos qual é, porque o Orçamento não espelha o plano do Executivo. Nós vamos votar uma Lei de Diretrizes Orçamentárias sem saber o que o Executivo fará.

Por isso, Ver. Pujol, eu parabeno países de primeiro mundo, e eu conheço de perto exemplos como o da Nova Zelândia. Aliás, a ministra que fez as reformas da Nova Zelândia virá novamente ao Rio Grande do Sul, já veio ao Fórum da Liberdade e agora virá para o Congresso da Federasul, a ministra Ruth Richardson, que fez lá o orçamento cem por cento impositivo. Quando a Casa Legislativa de lá aprova o orçamento, o povo sabe que o Executivo fará, ao contrário dessa mentira coletiva e desvairada que é o Orçamento no Brasil, não só no Município de Porto Alegre, quero dizer que isso é um problema público geral do Brasil. É uma peça de ficção, tem razão o Ver. João Bosco. E a sua emenda, Ver. Reginaldo Pujol, vem no sentido de moralizar o processo orçamentário. Limita a capacidade do Executivo de jogar de um lado para o outro, sem qualquer obrigação sequer de comparecer no Executivo com um projeto para dizer o que está mudando no Orçamento que nós aprovamos. Então, parabéns, Ver.

Reginaldo Pujol, em nome do Partido Progressista, encaminhamos de maneira favorável à sua emenda que é moralizadora do processo de elaboração do Orçamento. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE MENDES RIBEIRO (MDB): O Ver. Adeli Sell está com a palavra para encaminhar a votação da Emenda nº 09, destacada, ao PLE nº 016/19.

VEREADOR ADELI SELL (PT): Sr. Presidente, Srs. Vereadores e Sras. Vereadoras, as senhoras e os senhores acabaram de ouvir o Ver. Ricardo Gomes, do Partido Progressista. Ele mencionou a direção de um país onde o Orçamento é impositivo, Nova Zelândia. Há outros. É um bom exemplo. Inclusive quero provocar o Ver. Ricardo para que quando essa cidadã neozelandesa vier para cá nós possamos fazer um debate aqui neste Parlamento. Aqui devem ser debatidas essa e outras questões.

Conversei com os meus colegas de bancada do PT, nós vamos decidir o voto em seguida, inclusive com o pessoal do PSOL que está aqui, e eu quero dizer que o orçamento, especialmente essa LDO não é uma peça de ficção – isso é um elogio –, é uma ópera bufa, é ridículo. Eu já mostrei para as senhoras e os senhores que a LDO deste ano é cópia da LDO do ano passado. É igual! Igual! Cópia! É uma brincadeira! Nós podemos seguir o Ver. Pujol, tentando enquadrar o governo para que ele não faça o jogo que costuma fazer aqui, mas eu também posso ir para o outro lado, Ver. Ricardo Gomes e Ver. Pujol, dizendo o seguinte: a escolha não é minha; a escolha não é nossa; o Executivo fez uma escolha de fazer um negócio vago para poder fazer o que quiser depois. São escolhas governamentais.

Se o Ver. João Dib estivesse aqui ele iria dizer: “Não. Tem que ser 5%!” Ele dizia isso para nós. Não é verdade, Bosco? O Dib enquadrava o governo petista todo ano, colocando uma emenda de 5%. Era aquele corre-corre para tentar negociar: “Mas quem sabe 10%?”

Se o governo dialogasse com a Câmara, eu não teria nenhum problema em dizer o seguinte: “Mexam com o orçamento dentro do que vocês querem fazer, mas quando tiver que mexer, submetam, rapidamente, a uma consulta; e no caso da emergência total, façam uma comunicação ao Parlamento.” Porque eu vejo que, por exemplo, na Inglaterra – é claro que não posso comparar porque a Inglaterra tem parlamentarismo -, vocês já viram uma sessão do Parlamento inglês? O debate é cara a cara e decidido. Não tem esse *laissez-faire*, essa coisa de fazerem o que querem, como tem aqui dentro da Câmara. Eu prefiro aquele modelo, afinal de contas, teria que me mudar para a Inglaterra e não ficar no Brasil. É outro departamento. Estou no Brasil, em Porto Alegre.

Então, Ver. Pujol, nós vamos conversar agora, a bancada do PT, para orientar a nossa votação. Se eu tivesse segurança, Ver. Comassetto, de que os vereadores daqui estão com essa vontade de enquadrar o governo, eu votaria com o Pujol; mas se é para ficar nesse salamaleque, cada um fica fazendo jogo aqui, eu vou

querer que continue a gandaia para eu poder ser o maior fiscalizador deste Parlamento, porque eu continuo sendo fiscalizador, Paulinho Motorista. Esse negócio é, mais ou menos, o seguinte: o senhor vem com o seu ônibus, lá do Belém, cuidando da população, mas, de repente, alguém diz, lá da empresa: “Paulinho, podem entrar pela frente, podem entrar por atrás, podem pular a catraca, façam o que quiserem, desde que o sujeito pingue 5 pilas para vir para o centro da cidade”. Mas não é assim que as coisas funcionam, porque, se pulasse a catraca, o sujeito não pagaria. O cara que entraria pela frente, desceria logo na frente e, pimba, não pagaria a passagem. É mais ou menos assim, vulgarizando o debate, mas para quê? Para que as pessoas que nos ouvem aqui, pela TVCâmara, possam entender um pouco do que nós estamos discutindo nesta tarde de segunda-feira. O Camozzato está fazendo contas lá, está discutindo se nós estamos ou não perdendo tempo aqui com algumas discussões. Desculpem as brincadeiras, mas é necessário ter um pouco de humor, porque a tarde está pesada. Obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE MENDES RIBEIRO (MDB): Em votação nominal, solicitada por esta presidência, a Emenda nº 09, destacada, ao PLE nº 016/19. (Pausa.) (Após a apuração nominal.) **APROVADA** por 17 votos **SIM** e 08 votos **NÃO**.

VEREADOR IDENIR CECCHIM (MDB) (Requerimento): Solicito que as Emendas nºs 10, 11 e 12, destacadas, ao PLE nº 016/19, sejam votadas em bloco.

PRESIDENTE MENDES RIBEIRO (MDB): Em votação o Requerimento de autoria do Ver. Idenir Cecchim. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO**.

Em votação o bloco composto pelas Emendas nºs 10, 11 e 12, destacadas, ao PLE nº 016/19. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o rejeitam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **REJEITADO**.

Em votação o PLE nº 016/19, com a Emenda nº 01 aprovada pela CEFOR. (Pausa.) O Ver. Cassio Trogildo está com a palavra para encaminhar a votação da matéria.

VEREADOR CASSIO TROGILDO (PTB): Boa tarde, Presidente Mendes Ribeiro, na verdade eu quero aqui apenas me dedicar a tratar um pouco da Emenda nº 01, Ver. Roberto Robaina, que já foi aprovada no relatório da CEFOR, e não tendo sido destacada ela tem condição terminativa de aprovação lá no relatório. Mas eu gostaria de salientar o que foi que propusemos na Emenda nº 01 e que foi aprovado no relatório da CEFOR. Primeiro, replicar alguns dos dispositivos que foram aprovados na Lei Orgânica do Município, dentre elas a que diz que é obrigatória a execução orçamentária e financeira, de forma equitativa, ou seja, igualitária entre todos os vereadores, das programações decorrentes de emendas individuais aprovadas no projeto de lei orçamentária deste ano. Então nesse artigo estamos replicando o que já está na

Lei Orgânica, que esses valores serão de execução obrigatória, Ver. Cláudio Janta, e equitativo, ou seja, dividido igualmente entre os 36 vereadores. Diz ainda que os autores das emendas que trata esta seção deverão indicar, na Lei Orçamentária, os beneficiários específicos, ou seja, lá na emenda orçamentária, Ver. Paulinho Motorista, V. Exa. vai poder dizer se, na área da saúde, quer destinar recursos para o posto de saúde lá do Belém Novo, vai poder dizer já na emenda da Lei Orçamentária, nós estamos garantindo aqui na LDO, ou para uma creche comunitária. Não vou brincar aqui com o Ver. Prof. Alex Fraga, apesar de ele achar que as entidades não devem receber recursos, mas, se algum vereador aqui quiser, está garantido na LDO e vai poder, através desse dispositivo, indicar, então, um beneficiário específico, já na emenda da LDO.

Ver. Prof. Alex Fraga, no § 3º da Emenda nº 01, que foi aprovada na CEFOR, aí sim foi aprovado o dispositivo do qual V. Exa. é contrário e que achou que estava previsto naquela outra emenda. Na Emenda nº 06 era só o encaminhamento da listagem das entidades que têm utilidade pública municipal, mas aqui nós prevemos, então, que poderão receber essas contribuições as entidades sem fins lucrativos, reconhecidas como utilidade pública municipal; aqui está a previsão nesta emenda. E volto a dizer que é opcional, é uma alternativa que os vereadores terão, não é uma obrigatoriedade logicamente.

Também nessa emenda destacamos aqui a condição de estabelecer que 0,65% da receita corrente líquida, que é o valor total das emendas previstas pela Lei Orgânica, estarão destacadas na reserva de contingência. Ou seja, nós não precisaremos, ao fazer as emendas parlamentares, ficar buscando uma fonte orçamentária que poderia até ser apontada como de insuficiência técnica. Então, nós estamos prevendo melhor: o governo vai mandar, na Lei Orçamentária, esses 0,65% destacado na reserva de contingência, mantida a reserva de contingência legal, que é aquela de 0,2% que a Lei de Execução Orçamentária, de formulação dos orçamentos prevê que 0,2% tem que ser de reserva de contingência legal. A preservação desses 0,2% e mais 0,5%, junto à reserva de contingência, para servir de fonte orçamentária para as emendas impositivas que os vereadores fizerem ao Orçamento.

Também indicamos aqui quais serão os impedimentos aceitáveis de ordem técnica, e que poderão, a partir da sua indicação, ser apontados para que até 120 dias possam ser corrigidos. Ou seja, se num item, por exemplo, o vereador fizer a emenda e não indicar a fonte, não indicar o autor da emenda individual, quando for beneficiar o respectivo valor da emenda, quando faltar essa indicação, terá o impedimento técnico. Então, será apontado pelo Executivo, e o vereador terá, então, até 120 dias para fazer uma nova indicação.

Então, a Emenda de nº 01 já está aprovada, e por isso, nós, em nome da bancada do PTB, encaminhamos também pela aprovação do projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias deste ano. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE MENDES RIBEIRO (MDB): O Ver. Alex Fraga está com a palavra para encaminhar a votação do PLE nº 016/19, com a Emenda nº 01 aprovada pela CEFOR.

VEREADOR PROF. ALEX FRAGA (PSOL): Mais uma vez na tribuna, senhoras e senhores, agora para fazer o encaminhamento do projeto da LDO, e da Emenda nº 01 que foi aprovada pelo Relator do projeto. Eu subo agora à tribuna mais para esclarecer para o Ver. Cassio o nosso ponto de vista. O nosso partido fechou questão com relação à rejeição da Lei de Diretrizes Orçamentárias; justamente, o fator mais preponderante foi uma parte da sua emenda, que determina a instituição dessas entidades de utilidade pública para a percepção das emendas impositivas. Nós consideramos que esses recursos devem ser aportados dentro dos órgãos governamentais específicos; dentro da Secretaria da Saúde, da Secretaria de Educação, e as outras secretarias que eu não consegui decorar os seus nomes, era tão mais fácil quando eram SMOV, DEP, mas a reforma administrativa proposta no início do governo Marchezan bagunçou a cidade, nossa Porto Alegre nunca mais se recuperou, infelizmente. Mas a nossa bancada fechou questão em votar contra a Lei de Diretrizes Orçamentárias, justamente, porque ela fica muito prejudicada pela aprovação da Emenda nº 01. A instituição desses entes privados que contratualizam com a Prefeitura permite que, infelizmente, haja um direcionamento de recursos através das emendas impositivas muito nocivo para a cidade. Nós acreditamos que o dinheiro deve ser aportado nas áreas em que o vereador identifica problemas, mas a gestão desse recurso deve ficar com o gestor, com o secretário. Nós podemos alocar recursos, por exemplo, para a aquisição de equipamentos, mas quem deve efetivar esse procedimento e quem deve operacionalizar e distribuir esses recursos é a secretaria. A nossa opinião é de que instituir, como preceptores das emendas impositivas, essas entidades privadas, mesmo que sem fins lucrativos, mesmo sendo de utilidade pública, pode gerar uma promiscuidade entre a ação legislativa nesta Casa de Vereadores e essas instituições.

Portanto, não temos bons olhos com relação a este dispositivo que foi criado e, portanto, eu fiz o encaminhamento na Emenda nº 03, aquela da relação das entidades, justamente, porque nós não damos concordância a essa prática e, portanto, não achávamos correto também obrigar que a Prefeitura libere essa listagem, mas vamos ver o que esta Casa Legislativa tem a dizer para o povo de Porto Alegre. Um abraço a todos.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE MENDES RIBEIRO (MDB): Muito obrigado, Ver. Prof. Alex Fraga.

Em votação nominal, solicitada por esta presidência, o PLE nº 016/19, com a Emenda nº 01 aprovada pela CEFOR. (Pausa.) (Após a apuração nominal.) **APROVADO** por 25 votos **SIM** e 05 votos **NÃO**. A Emenda nº 07 foi retirada. As Emendas nºs 08,13 e 14 foram rejeitadas na CEFOR e não destacadas.

Declaração de Voto firmada pelo Ver. Adeli Sell (Lê.): “Todos os anos é sempre o mesmo engodo da Administração pública municipal: cópia da cópia da Lei de Diretrizes Orçamentárias – LDO. Sim, já li e mostrei da Tribuna que a LDO deste ano – tudo é a mesmíssima coisa. Ademais, repetir a Habitação como a 1ª prioridade é um deboche. Por isso, VOTO CONTRA a proposta de LDO. Vereador ADELI SELL”.

VEREADOR VALTER NAGELSTEIN (MDB) (Requerimento): Sr. Presidente, solicito verificação de quórum.

PRESIDENTE MENDES RIBEIRO (MDB): Solicito abertura do painel eletrônico para verificação de quórum, solicitada pelo Ver. Valter Nagelstein. (Pausa.) (Após o fechamento do painel eletrônico.) Treze vereadores presentes. Não há quórum.

PRESIDENTE MENDES RIBEIRO (MDB) – às 18h05min: Encerrada a Ordem do Dia.

O Ver. Valter Nagelstein está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

VEREADOR VALTER NAGELSTEIN (MDB): Sr. Presidente, Srs. Vereadores, Ver. Idenir Cecchim, nosso líder, a quem agradeço pelo tempo, Ver.^a Lourdes Sprenger, Ver. Mendes Ribeiro, meus colegas de bancada, eu queria rapidamente falar sobre um tema que o Prof. Alex falou anteriormente aqui, e é tema do meu interesse, obviamente, que é a educação. Tem gradações aqui à esquerda. Se nós formos olhar para o tempo passado, nós vamos ver que durante muito tempo o trabalhismo, por exemplo, antagonizou com Prestes. Getúlio e Prestes tinham uma diferença muito grande. Hoje nós podemos olhar essa esquerda e ver que existem gradações na esquerda como existem na direita. Nós temos os conservadores, temos os liberais, mas nada, nos últimos tempos, é tão importante e tão caro para a esquerda quanto o sistema de doutrinação que foi implantado dentro do sistema de ensino brasileiro. Vou repetir: nada é tão importante do ponto de vista da tática, da práxis gramsciana do que o sistema de doutrinação – e falo com muito respeito aos meus colegas – que foi concebido e tem sido implantado pela esquerda quicá nos últimos 30, 40 anos! Quando o professor Adriano, que é um homem, tanto quanto eu sei, oriundo das hostes esquerdistas concebe esse projeto de lei que está aqui agora, eu quero dizer que eu vibro, porque é algo que retira da dominação desses partidos ou de uma visão política marxista que eu tenho todas as razões para, democraticamente, combater, porque eu acho que é um equívoco, e devolvo para as famílias, Ver. Idenir Cecchim, o protagonismo e o domínio da questão da educação e da escola. Quando o projeto de lei que chega aqui na Câmara, Ver. Freitas, determina que, na eleição das direções das escolas, a primazia, Ver.^a Cláudia, seja da família, nós estamos fazendo uma mudança que é histórica, Ver. Cláudio Janta, porque ninguém é mais interessado, Ver. João Bosco Vaz, na educação, ou ninguém deve ser mais interessado na educação, em primeiro lugar, do que a família, que é a célula básica de qualquer organização social

saudável. Depois da família, por óbvio, na educação, nós temos que olhar para os professores, para os mestres, para os preceptores, e compreender neles um papel fundamental como agentes da educação, mas subordinados ao direito do estudante, ao direito do aprendiz e ao direito dos pais e das famílias.

A educação se faz em casa, Ver. Professor Wambert, os primeiros valores dizem respeito dessas coisas que nós estamos falando hoje aqui, Ver. Prof. Alex, que é um biólogo, do respeito ao meio ambiente, do respeito ao próximo, do respeito aos direitos e às liberdades do indivíduo, esses primeiros valores são em casa que se deve consignar e consubstanciar na vida das pessoas e das crianças. Então é a família em primeiro lugar! E essa mudança é histórica por isso, porque ela muda a forma de eleição das escolas, dizendo, a partir de agora, o seguinte: o maior peso na eleição é a família que dá, 50%; o segundo maior peso na eleição são os professores que dão, sem dúvida, 30%; e os estudantes, que são os destinatários do ensino e da educação, é óbvio que precisam ser respeitados, é óbvio que precisam ser ouvidos, é necessário que sejam ouvidos e, portanto, vão ser ouvidos na ordem de 20%, porque, infelizmente, os estudantes, ao longo desse tempo, muitas vezes têm sido uma presa fácil para esse sistema de doutrinação, Ver. Prof. Alex Fraga, levado a cabo, com todo respeito, por partidos como o PSOL.

Essa alteração vem em muito boa hora, aliás, ela já tarda, era mais do que necessária. E eu saúdo, porque é uma quebra de paradigma das mais importantes que, talvez, a gente tenha tido nos últimos 30 anos, desde a redemocratização do nosso País. Devolver à família o protagonismo do controle da escola dos seus filhos, dar aos professores, sim, a sua parcela e dar aos estudantes a parcela que eles tenham porque eles também, nesse processo, precisam ser ouvidos. Eu saúdo, eu vibro, porque é o início da quebra dessa espinha vertebral, desse sistema de doutrinação que uns dizem que não há, mas todo aquele que diz que não há é porque tem um interesse de que esse sistema se perpetue.

Que saudades, Diretor Luiz Afonso, dos tempos de ideólogos, como Darcy Ribeiro, de pessoas que tinham capacidade de elaboração, que tinham compromisso, de fato, com a educação, como forma de inclusão, mas não do aparelhamento e do doutrinamento. Eu digo que saudades porque eu vi, Ver. Professor Wambert, o discurso dos formandos da Faculdade de Jornalismo da Universidade Federal do Rio Grande do Sul proferido há poucos dias, Diego, meu caro setorista do Jornal do Comércio. Poucas vezes eu ouvi algo tão pobre de conteúdo, tão vazio de conteúdo, tão medíocre e, ao mesmo tempo, tão panfletário. É o reflexo patente mais evidente possível desse sistema de doutrinação que precisa, sim, ser quebrado para o bem do futuro do nosso País, como agora começará a ser quebrado, quando dermos às famílias a prerrogativa e o direito de poderem decidir o futuro da escola e da educação dos seus filhos. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

(O Ver. Márcio Bins Ely assume a presidência dos trabalhos.)

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): Passamos à

PAUTA - DISCUSSÃO PRELIMINAR

(05 oradores/05 minutos/com aparte)

1ª SESSÃO

PROC. Nº 0489/19 – PROJETO LEI DO EXECUTIVO Nº 019/19, que autoriza a Companhia Carris Porto-Alegrense (Carris) a contratar operação de crédito com a Caixa Econômica Federal, com a garantia do Poder Executivo Municipal, até o valor de R\$ 40.900.000,00 (quarenta milhões e novecentos mil reais) e dá outras providências.

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): Não há inscritos para discutir a Pauta. Está encerrado o período de discussão de Pauta.

O Ver. Cláudio Janta está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

VEREADOR CLÁUDIO JANTA (SD): Ver. Márcio Bins Ely, que preside os trabalhos, meus parabéns por V. Exa. estar dirigindo a Casa neste momento. Queria falar aqui, para o público que nos assiste, através da TVCâmara, da Rádio Câmara, bem como aqui na plateia, que hoje fizemos um pedido de informação, líder Mauro Pinheiro, para Secretária da Saúde do Município de Porto Alegre, sobre o processo nº 190000029571/2, referente a duas UPAs de Porto Alegre: a UPA da Bom Jesus e a UPA da Lomba do Pinheiro. Nós queremos saber como está esse processo, já que a imprensa tem noticiado que a empresa SPDM, vencedora da licitação, que prevê mais questões de tempo de trabalho na área da saúde do que realmente o bom atendimento, o bom exercício; por causa disso a justiça a afastou dessa licitação. E além de ela não ter cumprido os trâmites legais, ter entregue documentos depois, a justiça a afastou, judicialmente foi afastada! Uma empresa que tem práticas antirrepublicanas em várias cidades do nosso Estado, do nosso País, comprovadamente, uma empresa que atingiu pontos por estar há mais de 30 anos atuando na área da saúde, precarizando a saúde por onde passa. Além disso, essa empresa, financeiramente, colocou R\$ 48 milhões a mais num contrato de cinco anos, o que dá R\$ 9 milhões por ano, e R\$ 800 mil por mês. E a justiça simplesmente determinou seu afastamento. Nós queremos saber – já ouvimos várias vezes a Secretaria da Saúde falar da necessidade dessas duas UPAs serem administradas não pelo Município – por que não foram chamadas ainda a segunda ou a terceira empresa que ganharam, até o momento não foi cumprida a decisão judicial proferida. Até o momento não foi retirada a desclassificada judicialmente, SPDM, porque não cumpriu o edital nº 01, de 2019. Por que motivo essa empresa ficou em primeiro lugar, se cobra R\$ 9 milhões ao ano, R\$ 800 mil ao mês, dando a mais R\$ 48 milhões, para um contrato de cinco anos? Qual o motivo que a Secretaria da Saúde adotou, já que os órgãos vêm dizendo que para a questão de atendimento à saúde esse chamamento não pode ser 70% técnico e 30% do preço?

Porque técnico seriam pessoas que atuam na área de entretenimentos, seria um jurista com bem saber. Essas empresas, quando chega a parte técnica, só informam o tempo que atuam na área. Não informam lá que tem um cirurgião tal trabalhando, que é excelência em tal área, não, isso não informa. Ela só informa o tempo que atuam na área, e nisso não veem os processos e mais processos que essas empresas têm por não cumprir os seus contratos. Então, nós sabemos da dificuldade financeira do Município de Porto Alegre. Sabemos do esforço que a administração vem fazendo para repor recursos aos cofres públicos, inclusive, houve um projeto que aumentou o IPTU da nossa cidade. Agora, não pode uma empresa onerar o Município em R\$ 800 mil ao mês, uma empresa que foi desqualificada porque não cumpriu a determinação do edital e até agora não vemos ser chamadas a que ficaram em segundo, terceiro lugar, seja lá a que for, para começar a administrar as duas UPAs da cidade de Porto Alegre. Então, nós fizemos esse pedido de informação ao Executivo e aguardamos que sejam dadas as respostas. Muito obrigado, Sr. Presidente.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): Muito obrigado, Ver. Cláudio Janta. Quero registrar a presença do Coronel Waldir, ex-comandante do Centro de Preparação de Oficiais da Reserva de Porto Alegre, da Arma de Cavalaria, e aproveitar também convidar a visitarem a 4ª Amostra de Miniaturas, este ano em homenagem a Arma de Cavalaria, por alusão dos 90 anos do curso. Então, agradeço a presença, junto com o Tenente Juliane e faço este registro. Um forte abraço, Coronel, obrigado.

O Ver. Prof. Alex Fraga está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

VEREADOR PROF. ALEX FRAGA (PSOL): Boa tarde, obrigado, Ver. Márcio Bins Ely, que preside a nossa sessão neste momento. Eu não pretendia fazer uso da tribuna e falar em liderança pelo meu partido, mas me vi na obrigação, depois do discurso canalha e eleitoreiro do Ver. Valter Nagelstein. O vereador remete a minha fala anterior em período de Comunicação, na qual eu disse que estava interessado em participar de um debate amplo, convocando, através da comissão que faço parte, Comissão de Educação, professores, pais, alunos, para discutir os rumos do projeto de lei que versará sobre a reestruturação do processo de eleição dos diretores das nossas escolas. Aí o vereador, que é pré-candidato a prefeito pelo seu partido, o MDB, que não vai ter apoio interno, porque acredito que ele não tenha os votos dos integrantes do MDB, dado o resultado da última eleição, aí o vereador vai migrar para outra sigla, tentar se postular, e aqui já começa a fazer algo semelhante a uma pré-candidatura: falar sobre a educação da nossa cidade, sobre a eleição dos diretores que trabalham nas nossas escolas, na periferia desta cidade, sem nunca ter pisado numa delas. Se pisou, foi visitando para tomar um café, abanar para as pessoas, sem realmente conhecer a dura realidade enfrentada pelos profissionais que atuam nessa área, na periferia de nossa

cidade. Desconhece o processo eleitoral no qual 50% dos votos são do segmento pais/alunos. Isso é o que diz a lei de 1993 e que, vigente no momento, rege os nossos processos eleitorais. Portanto, se os pais e os alunos não estão em conformidade com os rumos da direção, troca-se, justo, correto e democrático. Eu não falei em nenhum momento que era contrário à reorganização dos percentuais de voto, mas o vereador precisa jogar para a galera, precisa se cacifar como alguém que defende a moralidade, a família... Só um pouquinho, esse discursinho raso, xoxo, populista, tem os seus dias contados. Se o vereador quer ser mesmo prefeito desta cidade, tem que apresentar programa de governo e mostrar para a população que conhece esta cidade, e não só fazer esse discurso bonito que levou o presidente dele, porque o Ver. Valter apoiou Jair Bolsonaro, que só faz porcaria em Brasília, nos envergonha mundialmente, mas é a linha que ele quer para a cidade... Sinceramente, uma boa parcela da população e dos eleitores de Porto Alegre vão rejeitar esse projeto, porque estão cansados de passar vergonha. Nós não queremos passar vergonha, nós queremos um programa de governo que corresponda aos anseios da população.

Nós, da Comissão de Educação... O Ver. Cassiá saudou a chegada desse projeto, eu não critiquei o Ver. Cassiá, eu disse que nós estamos abertos para discutir. Portanto, não coloque palavra na nossa boca, vamos discutir, estamos abertos. Queremos discutir a qualificação dos profissionais para desempenhar uma tarefa de tamanha responsabilidade, podemos discutir a alteração dos percentuais, mas cabe destacar que é o diretor ou a diretora da escola que faz a denúncia por abuso sexual que pais, que padrastrós efetuam com relação às nossas crianças; são muitas vezes eles que buscam no Conselho Tutelar o cumprimento da lei e o resguardo à integridade física dessas crianças, os mesmos pais que talvez decidam uma eleição substituindo uma direção que zela pela integridade física e moral das nossas crianças. Mas o vereador tem que jogar para a galera, fazendo aquela polarização costumeira que nos leva para o abismo: “Ah, tem esses esquerdistas, esses servidores públicos e tem os cidadãos de bem”. Quem é cidadão de bem? Eu me considero. Sou casado já há 17 anos, tenho quatro filhos, todos com a mesma mulher, pago minhas contas, não me considero um cidadão do mal por ser servidor público.

Estou licenciado do Município, mas tenho 20 horas, e o secretário propõe que o vice-diretor tenha 40 horas de trabalho na mesma instituição. Eu concordo com isso, eu concordo. Um vice-diretor não pode ficar só 20 horas na escola, ele tem que conhecer a comunidade, ter relações com a comunidade, tem que servir à comunidade. E, se eu me dispuser a tal tarefa no futuro, eu concordo com o que o secretário traz neste projeto, aumentar para 40 horas a carga horária. É justo? É justo; agora, existem algumas excrescências que nós precisamos discutir com muita seriedade e corrigir através de emendas. Eu falei uma, dos nove anos de rede, para poder se candidatar à Direção. Não vejo que isso seja interessante. E um curso de 40 horas oferecido pela SMED? Existem cursos de especialização muito melhores do que essa proposta. Boa tarde.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): Obrigado, Ver. Prof. Alex Fraga. Estão encerrados os trabalhos da presente sessão.

(Encerra-se a sessão às 18h25min.)

* * * * *